

O PT DE VOLTA ÀS RUAS: UM NOVO PT PARA UM NOVO BRASIL

Restaurar o modo de ser petista começando pela periferia

1. O Brasil mudou nesses últimos 12 anos. Mas o PT não acompanhou suas mudanças. O Partido que impulsionou junto ao povo brasileiro um ciclo de mudanças jamais visto na história do país é o mesmo partido que se perdeu nos afazeres cotidianos dos gabinetes.
2. Hoje, toda a contribuição possível ao futuro do Brasil e do Partido dos Trabalhadores passa por uma análise autocrítica inadiável.
3. A situação política do país não nos autoriza a continuar escondendo nossos erros através de uma polarização politicamente pobre com o PSDB. É preciso avançar mais, ou seja, partir para o reconhecimento dos nossos erros grotescos, restaurando o Partido, remodelando o modo de ser petista de tal maneira que a potência revolucionária de nossa atuação na sociedade seja retomada e ampliada.
4. O PT ganhou o poder a partir de 2002, mas perdeu as ruas!
5. Não se muda um país apenas dos gabinetes com ar-condicionado. Só é possível mudar um país amassando barro, caminhando nas ruas, vielas, nos becos e nas esquinas das cidades e do campo.
6. Nosso grito manifesto é por uma retomada do DNA petista, isto é, pela retomada das lutas sociais contemporâneas, reconectadas com a realidade social brasileira. O Brasil de hoje, bem sabemos, nem de longe é o Brasil de 2002, e um partido que têm compromisso com a justiça social precisa necessariamente acompanhar essas mudanças com respostas dinâmicas, criativas e inovadoras.
7. Restaurar os laços com a periferia, fortalecer essa relação, retomar o diálogo com os setores emergentes da sociedade, renovar ardentemente a prática de caminhar pelos bairros distantes e pelas cidades de interior é condição *sine qua non* para que o PT retome seu objetivo histórico de partido de transformação.

8. O PT caiu em terrível contradição. Sua prática no poder, em parte, destoou de sua trajetória ética. Alinhou-se com os setores mais reacionários, caiu na ordem dos partidos da ordem, e por fim enveredou-se na burocracia interna.
9. O PT está em crise. Perdemos quadros importantes do partido e parte de nossa base de sustentação na sociedade. A crise é a porta pela qual os ventos de mudança passam. Por isso, é preciso aproveitar esse momento para realizar uma forte auto-análise no sentido de reinventar as práticas do Partido.
10. É inadmissível, por exemplo, ver parlamentar petista envolvido com a defesa de reformas conservadoras no Congresso Nacional. É inadmissível ver governos petistas vetando 10% das receitas para a educação. É inadmissível e incompreensível assistirmos governos petistas cortando gastos sociais para realizar ajustes fiscais. É horrendo assistirmos bancadas petistas votando contra os trabalhadores no que concerne a direitos trabalhistas e pautas históricas dos movimentos sindicais.
11. É simplesmente incongruente que governos petistas reprimam movimentos sociais por meio do uso de tropas de choque.
12. É desolador assistir a líderes de alto escalão do Partido presos, acusados, e as vezes até mesmo envolvidos. O Partido ficou refém de seus próprios erros e é incapaz de punir seus altos dirigentes quando realmente envolvidos em situação ilícita.
13. O segundo governo de Dilma Rousseff é um exemplo claro de como o PT se distanciou de suas raízes históricas. Logo no início do Governo, um conjunto de medidas chamadas de “ajuste” estão provocando arrocho salarial e desemprego. Dificultaram acesso a direitos sociais, implantaram o receituário liberal-conservador na economia.
14. Terrivelmente o PT votou a favor do fator previdenciário e a favor de restrições ao seguro desemprego. Que partido é esse?

15. Sob a alcunha de contingenciamento de gastos, programas sociais já começam a sentir os cortes da tesoura do conservadorismo da escola neoclássica de economia.
16. Lembremos! Economia é Economia Política! E, portanto, resultado de escolhas deliberadas.
17. A equipe que assessora Dilma nesse segundo mandato parece jogar fora a história do partido, além de submeter o governo a uma posição de recuo quase covarde. De recuo político e comunicacional.
18. O governo nesse segundo mandato de Dilma ficou refém do PMDB, passou por constrangimentos públicos e realizou cortes em programas sociais. Esses são os sinais mais do que evidentes de que a política de alianças do PT já se esgotou terrivelmente.
19. A mãe de todas as Reformas, ou seja, a Reforma Política que **não** foi realizada no auge do governo Lula por um erro estratégico do Partido, precisa ser realizada urgentemente, pois somente ela abrirá caminho para realizar as demais reformas estruturais.
20. Romper definitivamente o laço com o financiamento privado é o início dessa mudança necessária.
21. O PT também comete um terrível erro tático e estratégico quando insiste em convencer a camada de classe-média mais conservadora, ligada ao meio empresarial e que persiste em se opor aos avanços sociais desses últimos anos. Realizando concessões cada vez mais inaceitáveis, o Partido se distancia de suas bases e dos movimentos que o criaram. O maior exemplo desse erro é a posição do PT paulista que se revela um grande fracasso. Assim, o Partido perde enraizamento nas periferias e favorece a negociata com setores atrasados.
22. A grande perda do PT, contudo, foi realmente ter deixado de lado a luta pela hegemonia na sociedade. Concentrando-se nas disputas eleitorais, o Partido renunciou as lutas da rua. E isso precisa ser corrigido agora, sem demora, ou o processo de Grande Transformação será paralisado por nossos próprios erros.

No mundo globalizado:

O capitalismo cognitivo exige a reinvenção da resistência

23. O neoliberalismo está em crise, acentuando-se esse quadro a partir de 2008. E paradoxalmente, seu receituário nunca foi tão forte. O atual “ajuste fiscal” do Ministro Levy é um sinal disso.
24. O que as esquerdas mundiais ainda não conseguiram captar com precisão é que o capitalismo contemporâneo é pós-fordista, é cognitivo, estético, em cujo cerne encontra-se a perceptível transição do trabalho material para o trabalho imaterial.
25. Falamos de um capitalismo que lida com a imaginação, com a abstração, com a criatividade, com as sensibilidades e isso altera muita coisa!
26. Aquilo que aparentemente se apresenta como um enfraquecimento da ordem global do Norte, na verdade é um realinhamento das forças político-econômicas no contexto da globalização autoritária. A interdependência é a única via possível e o capitalismo avançado das grandes potências já percebeu esse movimento.
27. Quando as esquerdas (inclusive o PT) insistem na tese do imperialismo (e com razão apontam as diferenças entre as nações-ricas dominantes e as nações-pobres dominadas) perdem, entretanto, talvez o aspecto mais importante da análise: a ideia de que as nações se alinham em interdependência e não apenas em dominação.
28. O mundo encontra-se em reacomodação, numa terrível guerra civil global (...) Terrorismo, tensão entre OTAN e Rússia, surgimento do Estado Islâmico, ocupações militares, etc. são a tônica do momento.
29. Uma estratégia de resistência à globalização, ao contrário do que os dogmáticos e religiosos intelectuais pensam não passa pela mera oposição a um processo em curso (e no qual estamos envolvidos) mas através dele e não meramente contra ele. Dentro e não fora. Num jogo rápido, perspicaz, dinâmico e inteligente abertura para o mundo, provocando mudanças e rupturas na correlação de forças.
30. Resistir na contemporaneidade já não é mais cindir o mundo entre “dominadores e dominados” sob pena de excluir da análise os

pormenores, as complexidades, as matizes das diferentes cores desse quadro. Isso não equivale a dizer que a dominação desapareceu, ao contrário, trata-se de uma crítica mais lúcida capaz de localizar com mais precisão as mudanças dos processos de dominação global. Resistir no mundo contemporâneo é perceber que o jogo de forças é muito mais amplos do que a diminuição forçada dos conflitos à chave do imperialismo norte-americano.

31. Afinal, o mundo de hoje, possui a China, a Rússia, a Índia e tantos outros agentes potentes.

Romper a miopia para construir o socialismo HOJE!

32. É míope, pobre e caolha a ideia de que se constrói o socialismo por meio da industrialização avançada do país. Do mesmo modo como é limitada a análise que espera que do defunto do capitalismo nasça naturalmente o paraíso socialista.
33. É autoritária a hipótese de um socialismo exclusivamente estatal. É deformada a visão de que o socialismo é a redução do público ao estatal, assim como é infeliz a redução da dimensão pública às organizações de terceiro setor e aos vampiros privados dos cofres do Estado. É terminantemente antissocialista e INJUSTA a confusão entre a esfera pública e o mercado, como única alternativa de vida.
34. EXISTE VIDA FORA DO MERCADO. E essa precisa ser a maior contribuição de um socialismo petista radicalmente comprometido com “o novo”.
35. Rejeitamos o estalinismo com a mesma veemência que rejeitamos o capitalismo. A alternativa socialista-petista é uma alternativa que constrói inovadoramente outro bloco de sustentação para a experiência da justiça social, isto é, o COMUM, alternativa real ao mercado e ao estatismo.
36. É, pois, o COMUM a base sob a qual o socialismo petista deve caminhar. Em outras palavras: nem mercado nem mero Estado! Nem privatização nem estatização burra! Nossa alternativa é a construção de novas formas

de gerir, de viver, de remodelar, novas formas de convivência e de cidadania.

37. Constituir uma nova forma de viver, de amar, de caminhar, de se relacionar, de produzir, multiplicar e distribuir riquezas é o nosso desafio do COMUM como esfera libertária e alternativa à dicotomia mercado-Estado.
38. Criar nova teoria e prática. Criar conceitos é tarefa revolucionária do socialismo petista.
39. É míope também a tese de que o socialismo é uma tarefa para o amanhã tardio, que nunca chega. É com base nessa teoria que muitos líderes partidários burocratizam o partido, e que muitos supostos militantes se alinham com as mazelas do capitalismo de mercado de forma descarada e escancarada. O socialismo é nossa base de atuação, que se realiza no HOJE, apontando sempre para uma nova civilização.
40. O socialismo é tarefa cotidiana, de luta pela hegemonia nos vários lugares estratégicos da sociedade. O verdadeiro socialismo não é tarefa de uma elite pensante, mas obra cotidiana de agentes emancipados. É tarefa constante e diretriz sempre presente da atividade partidária, seja no governo ou na sociedade como um todo.
41. O DNA petista que precisa ser resgatado é das RUAS e não dos condomínios, e ele passa impreterivelmente pela concepção socialista como dinâmica composição de culturas libertárias, isto é, os marxismos, o cristianismo social, os democratismos radicais, doutrinas de revolução comportamental, e de alternativas culturais.

A campanha suja da aliança entre conservadores e reacionários para a destruição do PT

42. Não devemos nos enganar: o atual bloco político-empresarial-religioso que reúne conservadores e reacionários almeja apenas uma coisa: a DESTRUIÇÃO do PT, de forma radical e fascista.

43. O campo antipetista é composto por parte considerável do setor empresarial, pela direita parlamentar, pelo centrão parlamentar, por religiosos de caráter moralmente conservador, por militares reacionários, pela elite jurídica, assim como pela grande mídia e pela classe-média sulista liderada pela classe-média paulista. Trata-se de bloco considerável e que permeia setores estratégicos da sociedade.
44. O PT sofre, desde meados de 2013 uma campanha crescente de criminalização e ódio. Diante do andar da carruagem aguardamos o incêndio do *Reichstag* para que a imprensa culpe o PT e dê início ao nazismo tropical.
45. Essa campanha sórdida que envolve vários setores (inclusive setores de Estado e supostos “aliados”) deve ser contida! Todavia, ela só é possível porque o PT perdeu espaço na luta pela hegemonia da sociedade brasileira.
46. Retomar a luta e o espaço é tarefa de urgência.
47. A prioridade do partido deve deixar de ser eleitoreira e contornar no sentido de uma reaproximação séria com os movimentos sociais e os setores progressistas. Somente isso nos garantirá a continuidade no programa de transformações nacionais em 2018.
48. O verdadeiro foco da oposição raivosa é Lula. A elite brasileira teme Lula, foge de Lula. Por isso é preciso já iniciar nosso debate programático com vistas a 2018. É necessário que Lula se apresente publicamente como o grande influenciador e pautador dos debates nacionais, apontando posições estratégicas e principalmente defendendo o nosso legado.

A falência do neodesenvolvimentismo deve abrir caminho para um novo modelo

49. O modelo de desenvolvimento acelerado com altas taxas de crescimento anual do PIB se esgotou. Tal modelo, baseado no investimento em grandes eventos e no surgimento de grandes conglomerados

empresariais, muitas vezes financiados pelo Estado acabou. E acabou melancolicamente. O que é preciso fazer é remodelar nossa estratégia de desenvolvimento, ativando nela os fatores de inclusão social com muito mais força;

50. Os direitos humanos e toda sua potencialidade devem entrar nos cálculos de desenvolvimento do país. Não se constrói um país com números e apenas com moedas. Um país se constrói com pessoas! Pessoas que vivem toda a amplitude da dignidade humana.
51. É a hora exata para o PT inovar. É o tempo perfeito para se avançar na Grande Transformação iniciada com a eleição de Lula. Esse é o tempo de mudar o modelo econômico para avançar ainda mais. Infelizmente a resposta do governo Dilma tem sido o receituário de Levy que é um receituário atrasado. Ao contrário, o governo deveria ampliar a economia solidária, fazer o Bolsa-Família entrar numa nova etapa rumo à Renda Básica de Cidadania, consolidar a legislação social, aplicar o Plano Nacional de Educação e instituir um novo medidor da felicidade do povo ao lado dos números frios da economia, para acender o debate em torno do “país que queremos”.
52. Os mecanismos de radicalização da democracia também devem ser considerados núcleo fundamental de um modelo de desenvolvimento do país. Ampliar o sistema de participação social, com a ampliação das Conferências, do Orçamento Participativo, e dos Conselhos populares é uma das formas de potencializar o desenvolvimento da cidadania. É preciso também fomentar outros instrumentos de democracia direta como o referendo e o plebiscito.

Democratizar a mídia

53. Um dos erros fundamentais dos governos petistas foi tratar com desdém o tema da regulação e democratização da mídia. Agora o Partido colhe uma onda gigantesca de acusações sem provas e de propaganda panfletária antipetista em pleno horário nobre. Todavia, foi durante os governos Lula e Dilma que a lógica do “investimento técnico” se manteve, financiando a velha mídia golpista.

54. Ora, se existe um entendimento de que a desconcentração da mídia é essencial para a democracia, porque os governos petistas, na publicidade incentivaram a concentração?
55. Foi nas páginas da espúria revista “Veja” símbolo maior do jornalismo marrom brasileiro, que se veicularam as matérias mais agressivas e mentirosas. Contraditoriamente, em suas páginas também apareceram propagandas financiadas pelo governo federal.
56. A resposta para isso é uma mídia democrática. A resposta para isso é uma lei que regule as comunicações de tal modo que sejam proibidas as propriedades cruzadas e o monopólio, e haja uma efetiva desconcentração dos investimentos, apontando para as mídias alternativas emergentes.

DEIXAR OS GABINETES E IR PARA AS RUAS JÁ!

PROPOSTAS OBJETIVAS AO 5º CONGRESSO DO PT

Assim sendo, PROPOMOS ao 5º Congresso do Partido:

- I. A mudança imediata do Processo de Eleições Diretas (PED) do Partido, para impor como condição de elegibilidade e exercício do voto a participação em curso presencial de formação política a ser elaborado pela Escola Nacional de Formação.
- II. Criação de fundo próprio para o PED, com proibição de doações para chapas ou candidaturas individuais.
- III. A criação de um canal de discussões on-line para contato imediato com a militância. Com instrumentos de votação interna on-line,

plebiscitos e referendos digitais sobre temas importantes a serem defendidos pelas bancadas legislativas e pelos governos petistas.

- IV. A instituição do sistema de *recall* interno no Partido, para remover os dirigentes que falharam em suas tarefas.
- V. A instituição obrigatória do sistema de prévias eleitorais para a escolha de candidatos majoritários em todos os níveis.
- VI. A realização da CARAVANA DA CIDADANIA com todos os governantes e parlamentares petistas em suas respectivas regiões.
- VII. A convocação imediata de uma CONFERÊNCIA PETISTA, extraordinária, para realinhar a ação governamental do Partido, com debates sobre temas chave do partido, com força deliberativa e vinculativa em relação à atuação de parlamentares e gestores petistas.
- VIII. A criação urgente de uma FRENTE DE ESQUERDA que reúna partidos, movimentos sociais, intelectuais e todas as esferas progressistas possíveis da sociedade brasileira em torno de uma agenda mínima para os próximos 4 anos a fim de frear a onda fascista atual.
- IX. O endurecimento das penas no Código de Ética petista para envolvidos em casos de corrupção. Concomitantemente a realização de uma campanha pública petista para anunciar uma “nova fase ética” do partido.
- X. Filiados, dirigentes e mandatos em qualquer nível que respondam processo judicial por crime contra o erário público serão temporariamente afastados de suas funções internas, até sentença definitiva. Havendo condenação, os envolvidos serão expulsos do Partido.
- XI. Reestruturar por completo a atuação do PT nas Redes Sociais, tornando o petismo militante mais visível e ousado nos meios eletrônicos.

- XII. Elaborar e propor no Congresso Nacional a CLS – Consolidação das Leis Sociais - tornando políticas de Estado as políticas sociais que hoje são apenas políticas de governo.
- XIII. Instalação imediata da Comissão de contato com os cristãos, a fim de reaproximar o PT de setores cristãos, desfazendo mitos e reunindo cristãos de linha progressista num projeto de transformação nacional.
- XIV. Fortalecer, ampliar e realizar juntamente com a FRENTE DE ESQUERDA a proposta de Reforma Política com Constituinte Exclusiva, Lista Semifechada, proibição de financiamento privado, proibição de coligação nas eleições proporcionais e unicameralismo.
- XV. Realizar um “pente fino”, uma verdadeira auditoria no Governo de Minas Gerais e divulgar abertamente os maus feitos dos governos tucanos de Aécio Neves e companhia.
- XVI. Propor a criação do índice de F.I.B. (Felicidade Interna Bruta) como índice oficial de comparação ao PIB nos moldes do Butão para alterar substancialmente o modelo atual de desenvolvimento pautado nas taxas de crescimento da economia.
- XVII. Projeto de Lei propondo o IGF – Imposto sobre Grandes Fortunas e o IGTF – Imposto sobre Grandes Transações Financeiras, vinculando a aplicação desses recursos em educação, saúde e moradia.
- XVIII. Inclusão de cláusula no Estatuto endurecendo as possibilidades de intervenção em diretórios de qualquer nível. É necessário que haja autonomia local para os diretórios do Partido dos Trabalhadores.
- XIX. PROIBIÇÃO total de que o PT receba verbas de empresas para suas campanhas, a fim de romper o laço da corrupção.
- XX. O fim da reeleição para presidente nas instâncias partidárias.
- XXI. Fortalecimento da JPT nas discussões internas, e na realização de debates culturais, no enraizamento da cultura na periferia, e atividades de ampla filiação jovem.

- XXII. Criação do “*Memorial da Grande Transformação*”, museu do PT voltado para a defesa do nosso legado histórico durante os mandatos de Lula e Dilma.
- XXIII. Realizar Plebiscito para a Reforma Política. É preciso retomar a proposta com Lula em sua dianteira.
- XXIV. Aprovar nova política de alianças que forme um grupo programático baseado na prioridade concedida aos partidos da chamada “Frente de Esquerda”.
- XXV. Mapear as cidades, bairros e áreas onde o PT tem vencido as eleições consistentemente e elaborar estratégias de constituição de maioria esmagadora nesses colégios eleitorais. Iniciar a tática eleitoral enraizando-se no eleitorado já simpatizante ao PT e a partir dele ampliar a hegemonia e não o contrário.

São Paulo, 23 de maio de 2015

PAULO RICARDO BARBOSA DE LIMA, advogado, filiado

NEDIR DAVID MIRANDA, aposentado, filiado

MARGARIDA ALEXANDRE DE ALMEIDA, do lar, filiada

MARIA LUCIA CAVALCANTE DE ALMEIDA, do lar, filiada

KELLY MELARI PEREIRA, do lar, filiada

FRANCISCA ERIVAM MIRANDA, do lar, filiada

NELIO ALMEIDA MIRANDA, metalúrgico, filiado

PALOMA BARBOSA DE LIMA, nutricionista, filiada

PAULO HENRIQUE BARBOSA DE LIMA, web design, filiado

NELY ALMEIDA MIRANDA, publicitária, filiada

ANDERSON ASSIS DE OLIVEIRA, empresário, filiado

MICHAEL THOMAS DE OLIVEIRA, pedagogo, filiado

RAFAEL VINICIUS DA SILVA, cientista da computação, filiado

EDSON DOUGLAS DE OLIVEIRA, professor de História, filiado

SONIA APARECIDA MORAES, supervisora da qualidade, simpatizante

ALTAIR MARCONDES PINHO NETO, jornalista, simpatizante

ALDENI MENUEDA, vendedora, simpatizante

JOSÉ ALEXANDRE PINHEIRO VIKZOVSKI, motorista, simpatizante

AMARO SEBASTIÃO DA SILVA ERNANI, professor, simpatizante

MARIA NERY DE SOUZA SILVA, ativista de direitos humanos, simpatizante

ILZAIR VALDÍVIA BONFIM DOS SANTOS, síndica, simpatizante

Contribuições ao V Congresso do Núcleo Celso Daniel
Por um Modo Petista de Governar para o Sec XXI

O Núcleo Celso Daniel congrega pessoas interessadas em discutir a Administração Pública a partir da ótica da esquerda, com a compreensão de que o debate dessa temática se faz necessário e oportuno ao Partido. Este documento pretende contribuir com as discussões sobre o tema que terão lugar no V Congresso, visto como uma oportunidade ímpar para a mobilização em torno dos desafios à consolidação do projeto político petista e para a defesa dos ideais de esquerda, assim como para promover a discussão partidária acerca de propostas para o desenvolvimento nacional.

Hoje, é necessário consolidar um processo de construção interna para reconhecer, institucionalizar e disseminar, de forma clara e sistematizada, os aperfeiçoamentos realizados pelas gestões petistas desde os primeiros mandatos nos executivos municipais passando pelos últimos 12 anos à frente do governo federal, naquilo que constitui o Modo Petista de Governar, bem como lançar novas iniciativas para abrir radicalmente o aparato estatal e colocá-lo plenamente a serviço da sociedade. É preciso debater, formular e implantar nossos próprios modelos de gestão pública e de planejamento governamental. No V Congresso, à luz da experiência acumulada, o Modo Petista de Governar deve atualizar sua estratégia na direção da melhoria do funcionamento do aparelho estatal para torná-lo cada vez mais capaz, efetivo, transparente e democrático.

Nos últimos anos, ocorreram importantes transformações na estrutura econômica, política e social brasileira, tornadas possíveis graças à recuperação da capacidade do Estado de planejar e agir. Essa recuperação permitiu que o crescimento econômico fosse orientado à redução das desigualdades sociais e regionais em um ambiente de retomada do investimento público e de maior protagonismo estatal na indução do investimento privado, assim como de fortalecimento do mercado interno. Para que aquelas transformações ocorressem foi decisivo o esforço de melhoria da capacidade de gestão do governo federal, o que incluiu diversas iniciativas, desde o fortalecimento do quadro de



servidores a inovações normativas como o Regime Diferenciado de Contratação, passando por novos arranjos institucionais como a busca ativa no Cadastro Único das Políticas Sociais.

Apesar dessas transformações, temas relacionados à Administração Pública não foram devidamente discutidos e sistematizados, dificultando o reconhecimento da real profundidade das transformações verificadas e limitando o potencial de mudança a elas associado. O Estado brasileiro foi formado e ainda funciona a partir de uma série de mecanismos oriundos de um processo histórico complexo com fortes marcas conservadoras que impedem a ação governamental de alcançar sua plena efetividade. É também um Estado apartado das camadas mais pobres da sociedade, pouco permeável à necessária apropriação pelo cidadão.

Para que o PT possa aprofundar seu projeto político, no qual o Estado possui papel central para o desenvolvimento nacional e cada cidadão se sente parte ativa, é necessário continuar as transformações do arcabouço institucional, o que demanda novas formas de se fazer e se pensar o Estado. Demanda também, e de forma cada vez mais clara, a explicitação de nosso projeto para ganhar os corações e mentes daqueles que, no dia-a-dia, são seus beneficiários e operadores. Este é o principal desafio para o aperfeiçoamento do Modo Petista de Governar e para a garantia da ampliação das conquistas já alcançadas pelo Brasil nos últimos doze anos.

O Núcleo Celso Daniel acredita que a construção de uma plataforma para a discussão e defesa de um projeto petista de Administração Pública contribui para a demarcação nítida no assunto, distinta da retórica e dos programas da oposição, melhorando nossa capacidade de disputa dessa agenda, inclusive nos pleitos eleitorais. Acredita que os avanços nessa direção auxiliam à elaboração do discurso necessário para encantar a geração de brasileiros que cresceu sob o signo do nosso governo democrático e popular, levando a que ela reconheça a importância do Estado como, simultaneamente, indutor do desenvolvimento econômico e promotor e garantidor da proteção social e da efetivação de direitos. Só assim é possível forjar uma geração que defenda de forma

intransigente os bens e serviços públicos e a atuação do Estado como elementos indispensáveis para a melhora de suas condições de vida.

Na elaboração do projeto petista para a Administração Pública, em especial três pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, é necessário desenvolver um modelo de implementação de políticas públicas em que a participação social seja parte integrante de sua concepção e desenho, monitoramento e avaliação. Para isso, é necessário estimular a cultura do debate na sociedade e re-encantar o Partido para a participação, assim como avançar no desenho e implantação de mecanismos que promovam sua efetividade, de modo a que ela seja, de fato, método de governo.

Em segundo, é preciso dar atenção à remoção das travas à ação estatal e à implantação de arranjos que viabilizem a execução e aprimoramento das políticas para a garantia de direitos, a promoção da inclusão social e a redução da desigualdade. De fato, apesar das melhorias alcançadas nos últimos anos, a Administração Pública no país ainda é marcada pelo emaranhado de mecanismos que emperram a ação do Estado e afastam a participação social. O excesso de burocracia e a lógica de controle do gasto público são incapazes de combater eficazmente a corrupção e ainda geram ineficiência. É necessário alterar as estruturas e instrumentos herdados para ampliar a capacidade de implantação de um projeto político de esquerda. Deve-se definitivamente romper com a visão do Estado como mal necessário e situá-lo como agente central no projeto de desenvolvimento do país, novamente legitimado como coordenador, regulador, planejador e executor. Para isso, é crucial ressignificar o conceito de reforma do Estado, desfazendo as associações quase espontâneas a choques de gestão e redução de gastos, que guiam parte das forças de oposição.

Finalmente, a ampliação da capacidade das equipes dirigentes em conduzir a máquina pública incorporando os fundamentos do projeto democrático e popular que nos orienta deve ser uma preocupação constante dos governos petistas. Isso requer uma formação que contribua para a mobilização articulada e complexa de diferentes conhecimentos, habilidades e atitudes, por parte dos dirigentes eleitos e suas equipes. Essa

formação pode e deve ocorrer em pelo menos três espaços distintos: a academia, que promove a formação do “estrato tecnopolítico” da sociedade, a escola de formação partidária, para a formação de quadros, e as escolas de governo, voltadas para a formação dos integrantes da máquina governamental. Nos três casos, o desafio está em promover o desenvolvimento das competências necessárias à atuação no nível diretivo de órgãos públicos, preparando indivíduos para gerir situações complexas e tomar decisões que envolvam, simultaneamente, as racionalidades técnica e política na busca de resultados no enfrentamento de problemas sociais, por meio da gestão do aparato público. As diversas gestões consideradas bem sucedidas do Partido, nos três níveis da federação, são um indicativo de que os quadros do PT têm alcançado graus elevados de capacidade de governo. Entretanto, é imprescindível considerar que ainda há muito por fazer nos espaços onde o PT já governa, e há uma necessidade crescente de quadros qualificados que sejam capazes de garantir a implementação do nosso projeto político à frente dos governos futuros. É fundamental, portanto, debater a contribuição possível destes três espaços de formação para o fortalecimento do projeto da esquerda.

Estes são, portanto, os pontos centrais da contribuição do Núcleo Celso Daniel à discussão do Modo Petista de Governar no âmbito do V Congresso, construídos a partir de discussões levadas a cabo desde a fundação do Núcleo e de dois debates realizados no mês de maio em Brasília com a presença de Magda Lúcio, professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da UNB, Afonso Almeida, ex-secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Governo Federal e Superintendente-Executivo de Gestão de Pessoas dos Correios, e Pedro Pontual, ex-Diretor de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República. Destacamos que vimos com pesar este assunto ser retirado do roteiro revisado de discussões do evento.





SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – SP
Partido dos Trabalhadores

À
Direção Estadual/SP e Nacional do PT
A/C da Comissão de Documentos – 5º Congresso/PT

Documento/contribuições da **SEMAD-PT/SP**, com base em debates da **Etapa Livre**, realizada em 15 de Maio de 2015, no Auditório do PT Estadual/SP, para o **5º Congresso** do Partido dos Trabalhadores previsto para 22 e 23 de maio (Etapa Estadual/SP) e 11, 12, 13 e 14 de Junho de 2015 (nacional em Salvador).

Caminhos para o desenvolvimento: a encruzilhada socioambiental.

2015 é um ano de crises.

O modelo político de governabilidade construído desde o primeiro mandato do Presidente Lula encontra-se claramente esgotado, deixando por trás de si um Congresso dominado pelos elementos mais reacionários da política brasileira que ameaça direitos e conquistas que nem mesmo os governos militares foram capazes de abalar.

Esse mesmo Congresso vem pilotando um processo de reforma política que navega na direção de perpetuar mecanismos de financiamento e estabelecer formas eleitorais que são eminentemente contrárias ao aprofundamento democrático e às reformas de cunho popular e participativo demandada nos protestos de 2013 e nas mobilizações populares dos movimentos sociais.

O modelo econômico que guiou a expansão da capacidade de consumo da classe trabalhadora brasileira a partir de 2003, baseado em aumento da renda, expansão do mercado interno e aumento das exportações, principalmente de commodities para os mercados em expansão, em particular da China, vê-se também abalado pela redução de crescimento da nossa economia, das economias emergentes, assim como a contínua estagnação das economias dos países centrais do sistema capitalista.

O desenvolvimento econômico desse ciclo que se encerra a partir de 2012-13, tinha na expansão do mercado interno o seu pilar fundamental e apoiava-se também no crescimento de setores em que nossa capacidade competitiva se apresentava de forma mais consistente, como o agronegócio da soja e gado, a extração mineral bem como os investimentos públicos em obras de infra-estrutura voltada para o serviço desses setores e para a expansão em curso do setor petrolífero.

A partir desses elementos, e a través das políticas sociais e da valorização constante do salário mínimo, constrói-se a incorporação de milhões de pessoas a um mercado de consumo, que conseguiu sustentar um crescimento econômico, com diminuição das desigualdades sociais.

O modelo desenvolvimentista serviu para alavancar essa expansão do mercado interno e a inclusão socioeconômica de milhões de pessoas. No entanto, esse modelo tem apresentado sérias deficiências, tanto em aspectos socioeconômicos, pois apesar de ter gerado aumento da renda não tem alterado as estruturas produtivas existentes não criando alternativas que democratizem de fato a economia, como em seus impactos ambientais.

No campo socioambiental, é sob a responsabilidade dos governos democráticos populares que o Brasil atinge a dúbia distinção de converter-se em campeão mundial do uso de agrotóxicos, indispensáveis para o setor do agronegócio.

É sob nosso governo que se dá uma reforma do Código Florestal que se bem corrigiu disparidades que penalizavam de forma desproporcional os pequenos proprietários rurais, terminou por permitir a regularização de crimes de devastação ambiental cometidos pelo latifúndio agroexportador.

Sob nossa tutela, introduziram-se no Brasil os cultivos transgênicos, e a variedade das espécies transgênicas autorizadas continua crescendo, como atesta a recente autorização para o plantio de eucalipto transgênico, como se o reflorestamento com eucaliptos "comuns" não fosse mal suficiente.

Está na mesa da Presidenta Dilma o PL 7735/14, que estabelece o Marco da Biodiversidade, e que expõe o patrimônio genético brasileiro à privatização e a exploração econômica, tendo sido rejeitadas as demandas dos setores científicos, ambientalistas e das populações tradicionais.

Apesar do avanço nos aspectos da renda e do consumo, nesse período, deixamos que as bandeiras da preservação ambiental e da justiça social seguissem caminhos diferentes, o que é um contra-sentido, já que não há um sem o outro. A justiça socioambiental trocou-se em ambientalismo, representado por um preservacionismo de boutique duty-free, alimentado por macros-ONGS capitalistas e divorciado da realidade social e da tradição de luta pelo meio ambiente que caracteriza nossos movimentos sociais mais emblemáticos.

É preciso recordar que a luta pelo meio ambiente é uma tradição histórica dos movimentos sociais do Brasil. Onde luta o Movimento dos Atingidos por Barragens é desnecessária a "liderança" de Greenpeace e afins. A onde está o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e a Via Campesina, não triunfa o agrotóxico e o transgênico. Onde se faz reforma agrária, recuperam-se terras há muito degradadas. Nas áreas urbanas, são os movimentos pela moradia popular os que trazem em seu interior as demandas pela universalização do saneamento e a gestão democrática e eficiente dos recursos hídricos. Ao Movimento Nacional dos Catadores cabe grande parte do mérito pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, um marco legislativo reconhecido mundialmente pela sua inovação e visão, ainda que a batalha pela sua real implementação apenas se iniciou. Se antes apontávamos às contradições inerentes à aposta no modelo desenvolvimentista agropecuário e minerário de exportação e expansão do consumo de bens, sustentabilidade se dava com a expansão das rendas do trabalho. Hoje vemos como a expansão da terceirização e outros ataques aos direitos trabalhistas podem por em risco mesmo esses avanços, ainda que preliminar importante.

É preciso fortalecer o cooperativismo e o associativismo.

O apoio a essas formas de produção pode beneficiar diretamente as políticas ambientais, ao favorecer a instalação de cooperativas no âmbito dos resíduos, mas também a agricultura familiar, a pesca artesanal, e empreendimentos de ecoturismo, entre outros.

No campo da agricultura, onde se dá a maior parte das emissões de CO2 do Brasil, já seja por desmatamento, já seja pelo uso de insumos derivados do petróleo, já seja por outros caminhos, é preciso reforçar os laços da agricultura familiar e da agroecologia com as populações urbanas.

Existe aqui um campo amplo para a construção de alianças com aqueles setores, principalmente nos centros urbanos cuja preocupação com o meio ambiente e com as questões da saúde dos

alimentos é genuína. Já existe nesses setores um “certo sentimento” emblemático, de indignação, que questiona ao latifúndio devastador que precisa ser potencializado. E um dos caminhos para essa construção é a abertura de espaços e fortalecimento das experiências existentes para interação entre agricultores e populações urbanas: a expansão de feiras e mercados de produtos agroecológicos, o uso educativo dos programas de compras de alimentos, os conselhos de segurança alimentar, de saúde, entre outros.

Nessa mesma perspectiva há de se considerar ainda a necessidade de também atentar para setores com um potencial de geração de renda forte, e relativamente benignos do ponto de vista ambiental, como é o caso do turismo.

O turismo já é o segundo segmento que movimenta mais recursos no Brasil, atrás precisamente do agronegócio. Hoje esse segmento tem sua força no chamado turismo de negócios – viagens e hospedagem das pessoas a trabalho, participação em feiras e congressos, leilões...

É preciso direcionar essa atividade para suas modalidades mais benignas, já que o turismo em si também pode ter um potencial predatório, tenha-se em vista o ocorrido em lugares como Natal (RN) e tantas outras regiões litorâneas. Favorecendo, a potencialização do turismo de base comunitária, do ecoturismo, ligado a pequenos empreendimentos que precisamente valorizam ambientes preservados, apresenta um potencial altíssimo para a geração de renda, associada inclusive a outras formas de economia solidária e local, como a própria agricultura familiar.

Resíduos Sólidos...

Acadêmicos, pesquisadores, engenheiros, técnicos de Organizações Não Governamentais, catadores e apoiadores do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) e outros profissionais atuantes na gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) reunidos durante o 1º Seminário Nacional de Rotas Tecnológicas para a Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos e a Reciclagem diante da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ocorrido nos dias 25 e 26 de Setembro de 2013, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), após avaliarem diversas tecnologias apresentadas por especialistas durante o Seminário como soluções disponíveis para o tratamento dos RSU à luz das diretrizes definidas pela PNRS, chegaram ao seguinte posicionamento:

Compreende-se que existem diferentes rotas tecnológicas possíveis para a gestão dos resíduos sólidos urbanos e que diversas tecnologias vêm sendo ofertadas aos gestores públicos brasileiros como possibilidades para atendimento aos preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. No entanto, essas rotas nem sempre são complementares e, muitas vezes, são concorrentes com os princípios e diretrizes estabelecidas para a gestão de resíduos, onde a redução, a reutilização e a reciclagem necessariamente devem preceder o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos.

A Lei reconhece o resíduo sólido como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. Algumas rotas se confrontam com este preceito, como também, com o projeto de sociedade que defendemos, o qual se baseia na redução da geração de resíduos e na garantia da inclusão social e da redução das desigualdades na sociedade brasileira. Assim, não nos interessa a implantação de rotas tecnológicas que concentram poder, riqueza e que contaminem a natureza. Apoiamos soluções que defendem a vida e que distribuem riqueza.

A rota tecnológica que defendemos parte dos princípios da preservação ambiental, da autogestão, da solidariedade, da distribuição de renda e de justiça social.

A preservação ambiental é uma característica fundamental do trabalho do catador que têm historicamente contribuído para a retirada de materiais potencialmente poluentes do meio

ambiente. Este trabalho, também, alimenta a cadeia produtiva da reciclagem, transformando em insumos resíduos sólidos que impactam a qualidade de vida em nossas cidades, evitando a necessidade de extração de novos recursos naturais e mais gastos com energia na produção de mercadorias, o que é coerente com a não geração e a redução da produção do resíduo.

A autogestão, fundamento do trabalho dos catadores, é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das máquinas e equipamentos de produção. É o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução da produção sob controle dos próprios trabalhadores. A solidariedade é o sentido que articula as cooperativas, associações de catadores e catadores avulsos de todo o país: em vez da competição e da concorrência, o apoio mútuo entre os catadores permite construir soluções consorciadas para a prestação do serviço público de coleta seletiva.

Organizando o trabalho de forma autogerida e solidária, temos a divisão justa dos resultados do trabalho e da remuneração pelo serviço público prestado e, no longo prazo, o combate à brutal desigualdade social do nosso país através da distribuição de renda e da busca pela justiça social.

A partir dessas premissas, buscamos compreender as rotas existentes e de que maneira elas podem contribuir ou dificultar a construção de um sistema nacional de tratamento de resíduos sólidos urbanos, calcado em uma visão sistêmica de gestão capaz de promover a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, o incentivo à indústria da reciclagem e a integração dos catadores de materiais recicláveis conforme os objetivos gerais da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Diante disso, propomos uma rota tecnológica que favoreça a reciclagem dos RSU, rumo à construção de uma cadeia produtiva da reciclagem de caráter popular, não concentrador. Duas diretrizes fundamentais da PNRS reforçam a priorização da rota da reciclagem: a hierarquização na gestão e tratamento dos resíduos sólidos e a logística reversa sob responsabilidade do setor empresarial produtor de parte destes resíduos.

Além disso, a reciclagem dos resíduos secos e orgânicos é o melhor caminho para responder às dificuldades de disposição ambientalmente adequadas dos RSU, presentes na maioria dos municípios brasileiros e para contribuir com a diminuição da geração de gases causadores de efeito estufa e com a geração de empregos, pelo incentivo que representará à indústria da reciclagem.

Também é urgente o enfrentamento da questão da coleta e tratamento dos resíduos orgânicos que representam mais de 50% da composição dos resíduos domiciliares. A coleta desses resíduos pode ser feita de maneira agregada à coleta seletiva solidária, realizada pelos catadores ou pode ser feita por entes públicos e privados, dependendo do modelo de reciclagem a ser adotado. Os tratamentos que reconhecemos como adequados para os materiais orgânicos são a Biodigestão Anaeróbia e a Compostagem. Ambas podem ser realizadas de forma domiciliar ou em larga escala e podem ser uma alternativa para geração de renda para os catadores e para outros trabalhadores nas regiões periféricas dos centros urbanos.

Acreditamos que o fortalecimento do sentido público da gestão dos resíduos sólidos com controle social é o único caminho para concretizar a hierarquia da não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos estabelecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Particularmente cabe aos governos estaduais a responsabilidade pela indução e apoio à construção de políticas diferenciadas que respondam à diversidade das cidades em cada um de seus territórios, sem jamais esquecer as premissas da PNRS.

- Não à incineração! Toda e qualquer tecnologia de queima de resíduos sólidos urbanos, tais como a incineração e produção de Combustível Derivado de Resíduo (CDR), deve ser evitada, uma vez que esta rota é concorrente com a rota tecnológica da Reciclagem. A queima dos RSU sempre disputará com a reciclagem, pois é o resíduo seco reciclável que possui alto poder calorífico e que garante a eficiência destes sistemas. Além disso, a incineração, uma tecnologia contrária ao princípio da redução, só apresenta viabilidade técnica em larga escala, tendo que ser alimentada de maneira contínua. Há muitas controvérsias sobre sua viabilidade econômica e sobre os malefícios ambientais e para saúde pública que causa, sendo questionável a capacidade operacional e técnica do Estado brasileiro em controlar tais malefícios. É necessário, ainda, se avaliar melhor outras tecnologias de tratamento térmico de resíduos com aproveitamento ou não de energia, tais como a gaseificação e pirólise, avaliando suas relações com a reciclagem de RSU e os impactos na inclusão efetiva dos catadores no sistema público de gestão dos resíduos. Importante ressaltar que as evidências atuais, em sua maioria, demonstram que tais tratamentos oferecem poucos benefícios em comparação com os incineradores convencionais.

A produção de lixo na quantidade atual é uma manifestação evidente da irracionalidade da produção voltada ao mercado, mas adotar a incineração para resolver este problema é demonstração de maior irracionalidade e falta de inteligência socioambiental.

A incineração não destrói apenas o lixo, mas transforma matéria organizada (por exemplo, matéria orgânica com alta sintropia) e energia disponível em estados inutilizáveis (alta entropia). Isso afeta diretamente o equilíbrio da natureza, que perde matéria orgânica acumulada pelos lentos processos de fotossíntese e crescimento da vegetação.

Por isso, a reciclagem é a tecnologia mais sustentável para tratamento de RSU, ao preservar matéria orgânica como matéria orgânica (compostagem) e preservar o trabalho humano acumulado. Os catadores, com base em sua história de desenvolvimento da reciclagem no Brasil, são os principais atores sociais para viabilizar esta tecnologia social. Não apenas porque conseguem manter sua vida e dignidade com este trabalho, mas porque reequilibram os fluxos de matéria, energia e produção de modo sustentável.

- Não à precariedade das condições de trabalho com resíduos! Reconhece-se que, apesar dessa importante contribuição social, econômica e ambiental, os trabalhadores com RSU no Brasil ainda vivem em situação de trabalho precário. Defendemos a melhoria imediata de suas condições de trabalho, com a construção de postos de trabalho digno para catadores e garis, em conformidade com normas de saúde e segurança de trabalho, incluindo o aumento da remuneração que hoje, em média, é inferior ao salário mínimo.

Por fim, compreendemos que para a solução dos diversos problemas do lixo urbano no Brasil e para o atendimento à Política e ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos há demandas diversas de estudos e pesquisas para construir a maturidade das soluções mais adequadas às diversas realidades que vivemos no país.

Entendemos que deveriam ser criados fundos específicos ou definidas formas de acesso específicas para o tratamento e gestão de resíduos sólidos junto aos financiamentos das agências brasileiras de fomento em ciência e tecnologia, de modo a mobilizar universidades e institutos de pesquisa brasileiros para a construção destas soluções, as quais necessariamente passam pela articulação do saber prático e do conhecimento científico e pelo reconhecimento da contribuição ao tema que vem sendo dada ao longo de anos de trabalho conjunto entre catadores e técnicos.

A DESTRUIÇÃO DAS MATAS URBANAS: evidência explícita de modelo de desenvolvimento predatório.

A Organização das Nações Unidas recomenda que as cidades tenham 12,5 m² de área verde por habitante; isto porque a vegetação desempenha um papel estratégico para o equilíbrio ambiental, a proteção e a conservação dos recursos hídricos e a prestação de serviços ambientais.

O atual momento, de aumento de temperatura e de crise hídrica, é de reflorestar as cidades e não de exterminar o pouco de verde que resta, para se alterar índices que apontam que São Paulo conta apenas com 2,6 m² de área verde por habitante na zona urbana e a Mooca conta com os ridículos 0,35m² por habitante, justamente onde -Vila Ema- a construtora Tecnisa quer desmatar uma área verde para construir mais torres de concreto.

Considerando-se porções das Serras do Mar e da Cantareira, S. Paulo conta com 12,5 m² de área verde por habitante, o que vem revelar a péssima distribuição das áreas verdes por todo o seu território.

O exemplo mais gritante de destruição das matas urbanas nas cidades ocorreu e ocorre com a mata ciliar, sendo que desde 1934 existe legislação federal que as protege, sendo simplesmente ignoradas pelos poderosos interesses que fazem das cidades territórios férteis para o acúmulo de capital, principalmente do setor imobiliário na sua banda especulativa. Na verdade, criam-se anti-cidades.

Ressalte-se que a área que seria ocupada pela mata ciliar, na cidade de São Paulo, representa apenas cerca de 6% da área urbanizada; e esse pouco foi trocado por muitos e graves problemas.

Em resumo, preservar é preciso, construir (muito) não é preciso, parafraseando Camões, no seu famoso poema "Os Lusíadas".

Na verdade, todo um arcabouço legal nos parece incipiente para fazer frente à degradação ambiental seja nas cidades, seja no meio rural.

Nas cidades, os poderes municipais ávidos por mais receitas, principalmente do IPTU não medem as consequências futuras de tamanha volúpia imobiliária.

É preciso, num primeiro momento, breçar o máximo possível a degradação ambiental em todos os campos, e aplicar o conceito do impacto zero, ou seja, um empreendimento só seria aprovado se não causasse impactos de qualquer natureza na vizinhança, pois a somatória dos impactos já existentes tem tornado as grandes cidades em verdadeiros aglomerados que podemos denominar, novamente, de anticidades.

A PNRS aponta para um caminho importante na luta ambiental, como é a Política de Economia Solidária (Ecosol).

Neste aspecto, defendemos que a Ecosol deve ser potencializada ao máximo em todos os lugares onde o PT for governo.

A escolha pela Presidenta Dilma de seu lema para o segundo mandato foi uma das boas notícias políticas do ano.

A educação é o único instrumento que permitirá criar condições de irreversibilidade do progresso social conquistado nos últimos anos.

Sem dúvida, a universalização da educação básica e a expansão do ensino superior são os instrumentos fundamentais para conquistar essa mudança real de patamar do trabalhador brasileiro. Embora no que refere essa expansão, a classe trabalhadora ainda que mais valorizada nesses últimos 10 anos, não conseguiu conquistar definitivamente e irreversivelmente, o ensino superior.

No entanto, não basta apenas o ensino superior. É preciso a expansão da rede de conhecimento e debate que se ancora nas universidades. Não basta formar engenheiros para servir ao mercado de trabalho, é preciso criar pesquisadores e professores que sirvam à sociedade que os acolhe e forma.

A tão falada educação ambiental não pode se constituir somente como matéria obrigatória curricular, através de campanhas pontuais em ocasiões de datas comemorativas e de festividades, ao que tem se resumido basicamente grande parte das organizações, inclusive as escolas em geral, embora tais iniciativas tenha algum papel de sensibilização social. É necessário que esta, a educação ambiental tone-se efetiva, verdadeiramente transversal, ação educativa cultural, digna do rompimento de paradigmas comportamental cotidiano, mudança de hábitos.

É preciso o fortalecimento das universidades públicas, frente às fábricas de diplomados que são, com pouquíssimas exceções, as faculdades privadas do Brasil.

A expansão da pesquisa e do conhecimento é também parte da linha de defesa do meio ambiente: é preciso conhecer e entender a vastidão do nosso patrimônio comum, da biodiversidade, das águas, das florestas e das profundezas do mar do Brasil, para poder defendê-los contra o avanço dos interesses financeiros, privatizadores e predatórios.

Nesse sentido, é preciso continuar a política de expansão das Universidades e Institutos Federais iniciada pelo Presidente Lula.

A produção de conhecimento é uma das grandes ferramentas para a construção de um modelo de desenvolvimento socioeconômico justo e ecologicamente correto.

É neste cenário e com uma crise política e econômica acentuada após as eleições de 2014 que o PT chega ao seu 5º Congresso.

O embate político endurecido dos últimos meses já levou a uma reavaliação da conjuntura e uma revisão das alianças, iniciando-se a reconstituição da frente progressista que liderou a restauração democrática e o processo constituinte de 87-88.

É preciso prosseguir nessa vereda.

Parte fundamental da recuperação ideológica da esquerda tem de ser, sem dúvida, a retomada da bandeira da defesa do meio ambiente.

A luta pela água será um dos polos dessa retomada. Deixada ao sabor da reação neoliberal, a crise hídrica se resolve com um "choque de gestão": aumento de tarifas, grandes obras de engenharia, privatização dos mananciais.

A esse modelo é preciso contrapor a centralidade da água como bem público, como fonte única de toda vida, como direito, como bem cultural, mas nunca como mercadoria.

Neste quesito, São Paulo merece um destaque, pois vive uma crise de abastecimento de água sem precedentes, por falta de investimento em infraestrutura para atender a população, sobretudo, das Regiões Metropolitanas (RMSP) e (RMC). Por descaso com a preservação ambiental, falta de tratamento de esgotos, ocupação das várzeas e intensa impermeabilização do solo, somados à ausência de planejamento, que contribuíram para o agravamento da crise.

É preciso que a lógica que norteia a atuação da Sabesp seja alterada; a lógica do lucro leva a empresa para um modelo de gestão temerária que não garante o acesso à água em quantidade e qualidade adequada.

Não é possível continuar trabalhando na lógica das empreiteiras onde a obra é o que interessa. É a ditadura das grandes empreiteiras, no ajuste tarifário... O povo não pode continuar pagando a conta da falta de investimento estrutural e benefício privado/lucro.

É preciso investir na redução de perdas, em campanhas de consumo racional garantindo água em quantidade e qualidade adequadas e na água de reuso.

Tem de se defender em São Paulo, investimentos em programas de cisternas para que se aproveite as águas da chuva, principalmente em próprios públicos e condomínios residenciais e empresas privadas. Isso não aparece nas propostas da Sabesp porque o que interessa é vender água, aumentar a receita, o lucro e distribuir dividendos.

Transparência e Democracia devem ser os principais pilares para uma adequada gestão dos recursos hídricos e do saneamento básico e disso não se deve abrir mão em hipótese alguma. Por isso, os instrumentos de participação popular, em especial o Conselho de Recurso Hídricos, os Comitês e seus respectivos Subcomitês de Bacias Hidrográficas, bem como os Conselhos de Meio Ambiente (municipais e estadual) precisam ser respeitados, valorizados, em fim potencializados.

É de fundamental importância que o Partido dos Trabalhadores (bancadas de deputados, vereadores, prefeitos e militância em geral) se envolva definitivamente neste debate da crise do abastecimento de água, somando-se à luta do Coletivo de Luta Pela Água que tem promovido diversas atividades, atos para pressionar o Governo do Estado a adotar medidas que ao menos, minimizem os impactos da atual crise. Defender o direito à água e ao saneamento como um direito humano fundamental.

Sindicato dos Urbanitários de Recife - PE

Questões de Organização política

- Reconstruir o PT e resgatar a confiança no partido;
 - Formar uma “Constituinte” exclusiva para tratar da reformulação do PT, logo após o Congresso Nacional do PT, onde os seus membros seriam escolhidos pelos filiados e simpatizantes, evitando assim os vícios e interferência das atuais pseudos lideranças que tanto têm prejudicado nosso partido;
 - Lutar pelo retorno dos núcleos de base - recuperar e reorganizar o partido através das bases;
 - Lutar para que o PT voltar às origens e buscar reaproximação com os movimentos sindicais, sociais, jovens e religiosos. O PT deve discutir com os movimentos sociais mecanismos que garantam espaços para debater seus problemas junto ao governo, independentemente da existência de outros atores, a exemplo de parlamentares. Os fóruns criados devem ser deliberativos).
 - Resgatar o "petismo" dentro do PT para superar a crise atual do partido;
 - Lutar pelas reformas políticas:
 - I - Apresentar projetos de reforma política que proíba, definitivamente, o financiamento privado, independentemente da posição do Congresso Nacional.
 - II - Propor criação de uma Frente Ampla com outras entidades que também defendem essa bandeira, a exemplo da CNBB, OAB, movimentos sociais, blogueiros, sindicatos, representações estudantis, etc.
 - III - Sugerir a criação de um fundo, com contribuições espontâneas, para financiar a divulgação junto à população e angariar seu apoio. Podendo ser feita através de outdoor, rádios comunitários, blogs, e, se possível, através os meios tradicionais de comunicação. Abrir uma conta bancária, a exemplo do que foi feito para pagar as multas de Delúbio, Genoíno, Dirceu e a representação contra Gilmar Dantas.
 - IV – Propor o voto na lista partidária
- Lutar pelas reformas agrária, urbana e sindical;
- Mudar radicalmente a estratégia política e sua agenda e buscar Implementar mudanças internas para resgatar a ideologia;

- Conscientizar, em todos os níveis, dentro do partido: a ética, a honestidade e a transparência em os cargos públicos;
- Buscar novas lideranças e quadros políticos no partido, a exemplo de Haddad em São Paulo;
- Cobrar responsabilidade das nossas bancadas municipal, estadual e federal, considerando que o cargo é do partido e não do candidato;
- Trabalhar o partido para que haja mais respeito aos filiados;
- Repensar o PED;
- Discutir uma frente de esquerda;
- Organizar as estratégias para as próximas eleições;
- Fazer composições políticas no campo da esquerda.

Questões de Organização de Governo

- Apresentar uma resposta para a nova classe trabalhadora que foi incluída;
- Acelerar as grandes obras do governo que ainda não estão concluídas, fazendo ampla divulgação quando forem concluídas e inauguradas;
- Realizar uma autocrítica para recuperar a credibilidade com a população brasileira;
- Implantar processo de estatização para recuperar o que foi privatizado.

Questões da Comunicação/Mídia

- Buscar a democratização da mídia incentivar essa discussão:
 - a) Proibir as atividades empresariais cruzadas, isto é, propriedade simultânea de meios de comunicação TV (aberta ou fechada) e rádio. Isso levará a desconcentração do poder econômico e midiático, a exemplo do que foi feito recentemente na Argentina.
 - b) Limitar a um percentual de área de concessão, por exemplo, no máximo 30% de abrangência de uma determinada área.
 - c) Democratizar as verbas de comunicação oficial, de modo evitar concentração em determinada grupo empresarial.

d) Criação de uma Agência Reguladora de modo a garantir conteúdo de qualidade para a população.

- Repensar a comunicação do Governo - hoje inexistente ou é negativa;
- Criação de rádios comunitárias;
- Priorizar as ações em nível do congresso e nas mídias;
- Divulgar mais o que o governo tem feito de bom para os trabalhadores;
- Mostrar/divulgar mais os resultados e conquistas obtidos nos governos do PT em nível nacional, estadual e municipal;
- Fazer uma campanha mais agressiva, contra os maus governantes, em especial no nosso estado e na nossa cidade, visando as próximas eleições (2016).
- Implementar ações para que os trabalhadores valorizem as conquistas obtidas para os próprios trabalhadores;
- PT participar da campanha "auditoria cidadã da dívida";
- Buscar melhorar o diálogo com os sindicatos e organizações da sociedade civil;
- Lutar pela democratização da imprensa;
- Lutar por uma TV pública aberta de qualidade, a exemplo de alguns países considerados de 1º mundo.
- Voltar as mobilizações de ruas;
- Realizar encontros como esse para melhorar o otimismo dos eleitores;
- Procurar agir junto aos delegados e enviar aos mesmo, cópia deste documento;

Questões da Economia

- Lutar pela tributação das grandes fortunas e heranças (fazer cumprir o que está explicitado na Constituição).
- Tributar os meios de comunicação. Por exemplo, fazendo voltar a cobrança do ICMS.
- Lutar pela centralização cambial e derrubar os juros;
- Defender a produção nacional;

- Realizar pacto produtivista que ataque aos juros e enfrente a dívida pública;
- Priorizar o investimento na educação e saúde, procurando encontrar países e localidades que conseguiram melhores resultados com menos investimentos como exemplo a ser adotado no Brasil.

Questões da Educação e da Saúde

Com a destinação de parte da arrecadação de Royalties do petróleo, 75% para educação e 25% para saúde (Lei 12.858), é fundamental o PT propor a criação de um grupo permanente para controlar, acompanhar e avaliar a arrecadação e aplicação desses recursos conforme lei sancionada. O aumento da produção do petróleo, principalmente do Pré-sal, garantirá recursos fundamentais para nossa independência econômica, formação educacional de qualidade e prover o nosso povo de melhor assistência à saúde.

Relatório Final de Etapa Livre do V Congresso do PT sobre Políticas sobre Drogas

- **Informações Gerais da Etapa Livre:**

Data: 20/05/2015

Município/Estado: São Paulo-SP

Local: Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São Paulo

Setorial/Estância: Núcleo de Políticas sobre Drogas do Partido dos Trabalhadores de SP.

- **Contato dos responsáveis:**

Nome: Eduardo Portela e Silva / Maurício Moraes

E-mail: politicassobredrogaspt@gmail.com / nhomoraes@gmail.com

- **Mesa da etapa livre**

- 1) Eduardo Silva - Sociólogo / Coordenador do Núcleo de Políticas Sobre Drogas do PT-SP (*fez a mediação do debate e apresentou o Núcleo de Políticas sobre Drogas*)
- 2) Maria Angélica Comis - Psicóloga / Assessora de Políticas Sobre Drogas - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (*trouxe o relato do Programa De Braços Abertos da Prefeitura de SP como uma experiência positiva na contramão do proibicionismo*)
- 3) Eduardo Suplicy - Secretário de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (*somou ao debate de Políticas de Drogas e Direitos Humanos*)
- 4) Maurício Moraes - Jornalista / Núcleo Núcleo de Políticas Sobre Drogas - PTSP/ ex-Candidato a Deputado Federal (*porque a Política de Drogas é uma pauta de esquerda e do PT. Trouxe também a dificuldade em construir o debate dentro do partido e da esquerda e o relato de sua candidatura a Deputado Federal*)

- **Propostas apresentadas pela Etapa Livre:**

A revisão da atual política de drogas do Brasil, sob a perspectiva da segurança e da saúde pública, é cada vez mais latente na agenda nacional. Iniciativas como aquelas adotadas por Uruguai, Portugal e até mesmo os EUA

mostram que uma outra política de drogas é possível e que o debate deve ser realizado de maneira racional, afastado de preconceitos e princípios fundamentalistas e autoritários.

A necessidade de se discutir uma nova agenda, que inclua uma abordagem alternativa a atual “guerra às drogas” - disfuncional e geradora de violência - é parte da discussão sobre o alto nível de encarceramento que atinge sobretudo a juventude pobre, negra e da periferia. Historicamente esse lema aparece como um eficaz instrumento de coerção sócio racial, controle de populações, monopólio do manuseio de substâncias terapêuticas, além de servir como discurso que legitima a violação sistemática de direitos humanos, sobretudo em países pobres e em desenvolvimento. Não podemos fechar continuar fechando os olhos para o genocídio e o encarceramento em massa da população pobre, negra e periférica.

Nesse sentido, a **Etapa Livre do V Congresso do PT sobre Políticas sobre Drogas** propõe que o Partido dos Trabalhadores faça a defesa intransigente das seguinte propostas:

Propostas:

1. Desenvolvimento de uma Política Pública sobre Drogas não-segregativa, fundada na Redução de Danos;
2. A humanização do tratamento de pessoas que utilizam drogas de forma abusiva.
3. Ampliação dos Financiamentos Estaduais para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), para ampliação dos dispositivos de álcool e drogas (CAPS AD 24, Consultórios de Rua, Unidades de Acolhimento)

4. Pela criação do Programa Nacional de Braços Abertos, integrando Saúde, Cultura, Justiça, Assistência Social, Trabalho, Direitos Humanos para a promoção de Direitos aos Usuários.
5. Não ao Financiamento Público das Comunidades Terapêuticas (não ao Programa Recomeço). Pela ampliação dos leitos em hospitais gerais e em Caps Ad 24h
6. A implementação de serviços de atenção psicossocial e/ou serviços de baixa exigência, como os centros de convivência e até as salas de uso protegido devem aparecer enquanto equipamentos de uma política sobre drogas, que seja pautada pela garantia de direitos e não por sua violação;
7. O investimento massivo nos Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPS-AD); residenciais terapêuticos, CAPS AD III, unidades de acolhimento transitório e toda a rede de atenção psicossocial.
8. A realização de uma Conferência Nacional de Política de Álcool e Drogas;
9. A transferência do Conselho e da Secretaria Nacional de Política de Drogas, atualmente vinculada ao Ministério da Justiça, para a Presidência da República, já que estamos falando de uma temática Inter setorial e qualquer tentativa de encaixar dentro de um Ministério levaria ao reducionismo dessa temática.
10. Apoio à pesquisa científica com qualquer tipo de substâncias hoje consideradas ilícitas, para promover o avanço e desenvolvimento da ciência, já que a cura de diversas doenças depende de possibilitarmos esses avanços.
11. Defesa da revisão do código de processo penal para que a pena por tráfico de drogas seja transformada em penas alternativas.
12. Fortalecimento dos Programas de Redução de Danos em todo o território nacional, utilizando a experiência positiva do programa De Braços Abertos da prefeitura de São Paulo.

13. Garantir que o usuário de drogas participe da construção de políticas que terão incidência sobre sua vida. Citamos o exemplo do Programa de Braços Abertos, no qual a gestão e criação do projeto partiu de um diálogo intenso com os usuários de drogas que ocupam a chamada 'Cracolândia' paulista.
14. Que a Política de Drogas do país direcione seus investimentos prioritariamente em políticas de inclusão social – ao invés de focar apenas em políticas de repressão – possibilitando a inclusão produtiva e inserção do sujeito em outras redes sociais. É importante chamar a atenção para o grande número de jovens que estabelecem uma relação de trabalho e subsistência com as drogas, tendo nesta atividade sua fonte de renda. A inserção de crianças e adolescentes nas redes de tráfico foi definida pela ONU como grave violação de direitos humanos, como a pior forma de trabalho infantil. Urge a necessidade de priorizar o investimento em projetos sociais para a juventude em áreas dominadas pelo tráfico de drogas, descentralizando os esforços do Estado em ações de repressão policial.
15. Apontar a importância de se ampliar o debate sobre esta temática inserindo a voz que deve prioritariamente ser ouvida: a do usuário de drogas, o alvo das campanhas em questão.

Participantes da Etapa Livre:

Eduardo Matarazzo Suplicy
Karen Glória Bueno
Maria Luiza Rodrigues
Erik Bouzan
Greg Barboza
Amanda Rodrigues Zanotti
Jordana Dias Pereira
Diego Pereira Pandullo
Caroline de Moraes Soares
Vanessa Alves de Almeida
Karl Heinz Steinhoff
Mauricio Moraes
Nathália Oliveira da Silva
Marília Albiero Costa
Silvana Salles

Marcos Nascimento Abramo
Paulo Rodrigo S. de Campos
Rodrigo Dantas Valverde
Eduardo Wirthmann Portela e Silva

RELATÓRIO FINAL DAS ETAPAS LIVRES DO V CONGRESSO DO PT

Data: 25/04/2015

Município: Buenos Aires

Local: Hipólito Yrigoyen 1584 - Buenos Aires - Argentina

Contato da responsável pelo preenchimento do relatório:

Karina Patrício

E-mail: karinapflima@gmail.com

Participantes da Etapa Livre:

Núcleo do PT em Buenos Aires, mais os companheiros Bruno Moser Nunes (filiação ao PT/SC) e Nicholas Dieter, que ainda não integra formalmente o núcleo.

TERMO DE CONCLUSÕES

1) Mundo

1. A situação política internacional

a) Mídia e esfera pública

Atualmente, há uma crescente polarização política na esfera pública em razão do avanço dos governos progressistas (perda de pauta publicitária para as grandes mídias) e um aumento notório da dependência da grande mídia em relação ao capital financeiro. Os grandes meios de comunicação, hoje, são deficitários e dependem da atividade de lobismo de grandes corporações multinacionais, magnatas do setor financeiro e/ou da pauta publicitária de governos conservadores.

Diante deste contexto, é necessário assumir a polarização como um dado político e social e melhorar, radicalmente, a comunicação pública, não só do partido, mas principalmente democratizar os meios de comunicação para desenvolver uma esfera pública contra-hegemônica.

b) Endividamentos e setor financeiro

Apesar dos avanços obtidos nos governos Lula e Dilma em relação à melhora no perfil da dívida interna, e no pagamento da dívida externa pública contraída com o FMI pelo governo FHC, o Brasil segue com dificuldades de financiar sua economia, e persiste uma grande dependência de recursos atrelados ao pagamento de juros e da dívida interna, que por ano leva consigo grande parcela do Orçamento Geral da União, que poderia ser aplicado em educação, saúde, etc. Portanto, torna-se fundamental promover a luta por uma auditoria cidadã da dívida, de modo a cancelar boa parte que dela pode ser ilegal, a exemplo do que fez o Equador, e agora está fazendo o governo da Grécia.

c) O Partido Judiciário e a criminalização da política na América do Sul

O processo de desestabilização e de criminalização da política que estamos vendo por parte do Poder Judiciário não são um fenômeno único no Brasil. Como todos os grandes processos, ele está ocorrendo também em outros países da América do Sul, pois somos uma só nação e nossos processos históricos se dão de maneira paralela.

A volta da democracia, tanto no Brasil como na região, implicou, em termos gerais, o enfraquecimento progressivo do Partido Militar. Essa realidade foi resultado de uma decisão política das forças democráticas, mas também da depredação do Estado que experimentamos durante o neoliberalismo na década de 1990. Por diferentes motivos e devido ao amadurecimento da democracia em muitos de nossos países, o Partido Militar já não configura um ator político relevante, apesar de seu alarmante ressurgimento no Brasil.

Como na política não há espaços vazios, é evidente que a perda de influência do Partido Militar trouxe consigo a ascensão política de novas forças contrárias ao processo de democratização do Brasil e de nossa região. De onde provêm as agressões contra os governos populares na América do Sul no século XXI? Hoje, esses atores são representados pelas grandes corporações, os grandes meios de comunicação, o imperialismo e o partido que, em nossa região, emerge como o substituto do antigo Partido Militar: o Partido Judiciário.

O Partido Judiciário ganha relevância num contexto de ascensão de governos populares na América do Sul que promoveram mudanças relevantes na composição dos poderes democráticos do Estado: o Executivo e o Legislativo. Esses líderes que se parecem aos seus povos, nesses mais de 10 anos de pós-neoliberalismo, instalaram políticas públicas de inclusão das grandes majorias em nossa região e, com isso, beneficiaram milhões de pessoas. A chegada aos poderes Executivo e Legislativo desses movimentos deixou a oposição política oficial, tanto no Brasil quanto na região, numa situação complicada. Em muitos

casos, após mais de 10 anos fora dos governos federais, esses partidos têm escassas perspectivas de retorno.

A composição do Poder Judiciário não acompanhou as mudanças vividas no âmbito dos poderes democráticos do Estado e, em muitos casos, esse poder se transformou, conjuntamente com o Ministério Público, numa barricada onde se refugiaram as forças políticas despejadas do governo após a ditadura e o neoliberalismo, sem muitas possibilidades de ganhar eleições democraticamente.

Essas forças, tanto no Brasil como na região, vêm se associando a setores do Poder Judiciário e do Ministério Público, compondo, assim, o Partido Judiciário, a fim de frear as mudanças que não são convenientes para elas e que não podem barrar com a força dos votos, por um lado, e para criminalizar líderes políticos progressistas, por outro. No Brasil, exemplos disso abundam desde o famigerado caso da AP 470, passando pelo caso Petrobrás e a Lava Jato. No caso paraguaio, esse processo de criminalização e perseguição levou ao impeachment do presidente Fernando Lugo em 2012, processo similar ao vivido no golpe em Honduras contra Manuel Zelaya em 2009. No caso argentino, o freio à reforma do Conselho da Magistratura, as inúmeras liminares e recursos contra a vigência da Ley de Medios, a declaração de nulidade do Memorando de Entendimento com o Irã e a tentativa de perseguir penalmente a presidenta e outros líderes políticos a partir da denúncia do promotor Nisman simbolizam uma tentativa de obstaculização e criminalização semelhante.

Por último, conjuntamente com a atuação arbitrária do Partido Judiciário, é muito importante frisar a atuação dos grandes meios de comunicação, que realizam uma construção social da realidade e de subjetividades que não deve ser desprezada. Sua narrativa moralista seletiva e punitivista, reproduzindo informações inverídicas ou incompletas milhares de vezes por dia, com o intuito de manipular a “opinião pública” para que apoie a perseguição político-judicial de líderes populares e a criminalização da política, é algo que pode ser verificado em vários países da região, não somente no Brasil.

Neste sentido, a única força capaz de barrar essa onda desagregadora da democracia e da política é a força das ruas, construindo uma legitimidade popular por meio da militância, segundo explica e teoriza o vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera.

d) Liderança política brasileira na América do Sul

O Brasil vem desempenhando um papel de liderança na América do Sul desde o governo Lula. Contudo, com a crise econômica internacional, as condições brasileiras de seguir sendo o *paymaster* (fiador) da integração regional se reduziram. Cabe aos governos petistas encontrar soluções para recuperar tal

liderança, reforçando os organismos regionais, sejam o Mercosul, a Unasul, ou a CELAC.

2. Atualidade do socialismo petista

Consideramos que, neste momento, é necessário que o partido reveja o arco de alianças com outras forças políticas da América Latina, de forma a aprofundar sua relação com as forças que representam a atualidade das lutas populares na região. Neste sentido, vemos que o Foro de São Paulo, constituído em outro momento da história regional, como âmbito de resistência contra a década neoliberal e de troca de experiências para se chegar ao governo dos países latino-americanos, não está renovando sua composição e seus debates como seria preciso neste momento.

Como núcleo em Buenos Aires, consideramos especialmente necessário nos referirmos ao caso argentino. No Foro de São Paulo há partidos que fazem aberta oposição ao projeto nacional e popular argentino, como o Partido Socialista, que, em termos de políticas concretas, não tem nenhuma razão para estar nesse espaço. O Partido Socialista da Argentina, aliás, já é um partido udenista desde o governo de Juan Domingo Perón, na década de 1940. Ao mesmo tempo, grande parte do movimento popular local está fora do Foro de São Paulo, notadamente, a grande maioria de partidos, frentes e agrupamentos de origem peronista/kirchnerista e progressistas aliados ao kirchnerismo.

Independentemente das discussões acerca da entrada desses partidos, frentes e agrupamentos em geral ao Foro, consideramos que é imperativo aprofundar a relação com essas forças políticas, sendo necessário criar e ampliar laços com aqueles que realmente representam o processo de transformação popular na Argentina. É preciso que o partido abandone condicionamentos formais e aprofunde o diálogo e a vinculação real de sua militância com essas forças políticas, que muito têm a oferecer em termos de experiência.

2) Brasil: mudanças e perspectivas da esquerda

2. As reformas democráticas e populares

a) Universalização da educação em dois períodos

Uma proposta concreta de agenda para o partido seria a luta pela universalização da educação em dois períodos: de manhã e de tarde, como já acontece em algumas escolas públicas, e, em muitas particulares. Deveria haver uma lei federal para a escola pública para universalizar de uma vez os dois períodos. É importante para as crianças e adolescentes poderem contar com o espaço da escola não só para atividades de aprendizado “técnico” (matemática, ciências,

história, geografia) que são pensadas para o vestibular, ou saúde (Educação Física, alimentação etc). É imprescindível hoje, além disso, que a formação política esteja em geral presente na escola com atividades e matérias de comunicação social, organização de feiras de ciências, centros acadêmicos com estrutura, atividades comunitárias, projetos ecológicos, teatro e artes em geral, etc. É preciso obrigar os governos estaduais a implementar condições mais satisfatórias para a educação pública (a qual tem sido alvo de constante “corte de gastos”). As aulas são cada vez mais lotadas e o ensino cada vez mais superficial. A pauta de greve dos professores da rede estadual paulista é um exemplo disso: já não se luta apenas por um salário melhor; é preciso que a educação seja concretamente possível, viável! Enquanto a educação no Brasil for um privilégio, não superaremos as brechas sociais que ainda nos assolam. A desinformação generalizada sobre os escândalos de corrupção tem via livre de reverberação se não tivermos uma educação pública e de qualidade que busque formar os cidadãos para além da imediatividade do acesso à universidade. Boa educação não pode ser somente sinônimo de bom emprego. Se nos preocuparmos somente com o número de universitários que, de fato, têm crescido (o que é bom) estamos atenuando a necessidade brutal de intervir na deplorável situação da escola pública.

3) Atualização da concepção partidária

1. PT: revolucionar nossa cultura política

a) A importância da militância territorial

O PT é um partido com uma origem sindical importante. Fundado na década de 1980 e com grande presença no ABC, o sujeito principal concebido na fundação do PT foi o trabalhador formal das grandes fábricas. Além disso, o próprio momento de fundação do partido, bem como suas bases ideológicas, são permeados pela ideia do trabalhador como sujeito da história.

A década de 1990, período de consolidação do neoliberalismo no Brasil, significou um processo de precarização do trabalho, desemprego e exclusão de grandes majorias de trabalhadores. O neoliberalismo, como processo global, implica a exclusão crônica de parte da população, que, devido à estrutura do próprio sistema, é marginalizada do mercado formal não só no presente, mas também no futuro, não tendo nenhuma perspectiva de participação.

No Brasil, de 2003 em diante, o crescimento do mercado de trabalho formal contribuiu para a melhora do bem-estar social. Não obstante, há que se reconhecer a precariedade do emprego de um setor do mercado formal, por um lado, e, por outro, a permanência de um setor de excluídos, que se agrupa entre

desempregados e empreendedores individuais, setor este que é o beneficiário por excelência do Bolsa Família.

A precarização, a terceirização e o desemprego, típicas do processo neoliberal, dissolvem subjetividades e nos obrigam a reformular a tese do trabalhador como sujeito da história. Isso não significa que, seja qual for a situação de cada trabalhador, ele deixe de ser trabalhador. Simplesmente, como estratégia de organização política, não é mais possível trabalhar somente esta subjetividade.

No momento atual em que vivemos, em que as subjetividades se multiplicam e se precarizam, a única realidade que atravessa a todos por igual é o tempo e o espaço. O campo de batalha principal da política, sem com isso abandonar o sindicalismo, deve ser o território. O trabalho territorial, presente nas comunidades de base da Igreja, experiência próxima ao PT no momento de sua fundação, precisa ser recuperado e potencializado. O partido precisa, de forma urgente, se fazer presente em cada bairro e comunidade carente do país, com pequenas sedes, onde a militância esteja presente todos os dias.

O trabalho territorial implica percorrer casa por casa do bairro, falando com os moradores, sabendo quais são suas necessidades e procurando atuar como agentes de organização da comunidade. Os centros do partido devem funcionar como um local de contenção e interação dos membros da comunidade, com aulas de reforço para as crianças, capacitação de todos os tipos para os moradores, enfim, um âmbito de diálogo para a formulação de propostas políticas com a participação ativa da comunidade. Além disso, a militância nos centros do partido deve informar e levar ao morador as políticas públicas que possam beneficiá-lo.

É preciso recuperar os valores de militância presentes na fundação do partido e compreender, de uma vez por todas, que fazer política não é somente fazer campanha. E que mobilizar certos setores da militância que se afastaram do partido não deve ser somente para ganhar campanhas disputadas. A presença territorial da militância e a organização popular, com a presença do partido em cada bairro do país, é a única saída para uma mudança real na correlação de forças política do Brasil. Essa é a presença que nos levaria a aumentar nossa representatividade real da população, conquistando, com uma campanha comunitária, maior representatividade nos municípios, assembleias legislativas e no Congresso. É o apoio popular real que nos garantiria a legitimidade para governar o país até 2018 e muito além, criando uma nova hegemonia para promover reformas estruturais.

b) O PT como principal articulador de uma frente nacional e popular

É preciso compreender o papel do partido no atual cenário político brasileiro. O PT é o maior partido popular do Brasil, mas não é o único: há uma grande fragmentação partidária e de movimentos populares no país. Neste sentido, a

tarefa do PT, como o maior partido popular do país, ao qual pertence o maior líder político do Brasil, é atuar como organizador e catalizador de uma frente que agrupe todos os partidos e movimentos sociais que lutam por um projeto nacional e popular para o país.

O caráter dessa frente não deve ser somente reativo contra o conservadorismo que, atualmente, ameaça destruir todas as conquistas dos últimos 12 anos. A frente deve ser propositiva, com um projeto nacional e popular em todos os setores da vida do país, contemplando o curto, médio e longo prazo e agrupando todas as manifestações plurais que existem no arcabouço político brasileiro, com unidade de ação e de concepção.

Neste sentido, não há nenhum outro partido no Brasil em condições de encabeçar um projeto dessas características, e a única liderança capaz de concretizá-lo é a de Lula. O caráter da frente não deve ser apenas eleitoral, mas permanente, coordenando campanhas, ações e unificando agendas e debates para o planejamento de um projeto popular integral para o país nas próximas décadas.

RELATÓRIO FINAL DAS ETAPAS LIVRES DO V CONGRESSO DO PT

A reunião iniciou as 11:00hs, após uma breve apresentação entre os presentes o Núcleo do PT Madri, fez uma leitura breve do último relatório do V EPTEx - 2013.

Os filiados e simpatizantes do Núcleo do PT Madri decidiram de comum acordo modificar algumas propostas dos Núcleos no exterior e apresentá-las novamente junto as diferentes propostas elaboradas durante a reunião de hoje.

1. Informações Gerais da Etapa Livre:

- a) Data: 26 de maio de 2015
- b) Município/Estado: Madri – Espanha
- c) Local: Avda Arco de la Vitória, 3 – 28040 Madri.

2. Contato do responsável pelo preenchimento do relatório:

- a) Nome: Edineia da Silva Cabioch
- c) E-mail: ptmadrid2007@yahoo.es

2. Anexar a lista completa dos participantes da Etapa Livre

3. Propostas apresentadas pela Etapa Livre:

1. Os brasileiros no exterior.

☑ O PT deve trabalhar junto ao TSE para efetivar o direito de voto pela internet para que, os Brasileiros e Brasileiras residentes no Exterior possam votar em outras eleições além das que votam para presidente do Brasil. É fundamental ampliar o compromisso e participação dos cidadãos brasileiros no exterior, sem excluí-los das decisões políticas através dos votos.

2. Núcleos do PT Madri apoia as demandas dos petistas no exterior.

☑ A SRI deve atualizar regularmente sua página internet e informar aos núcleos do PT no exterior sobre as missões, visitas de parlamentares do PT e diretivos nacionais, para que os núcleos possam contatá-los;

☑ A SRI deve criar um espaço livre no site oficial do PT pelo seu link para que os Núcleos do PT no exterior divulguem os links dos seus blogs/ websites;

☑ O PT deve financiar a logística dos próximos Encontros dos Núcleos e Petistas no Exterior;

RELATÓRIO FINAL DAS ETAPAS LIVRES DO V CONGRESSO DO PT

- ☒ A partir dos próximos EPTExs solicitamos que a SRI realize um curso de formação política que preceda no dia anterior ao evento;
- ☒ Solicitamos que a SRI esclareça com detalhes a participação dos filiados vinculados aos núcleos do exterior, através de um documento institucional;
- ☒ Solicitamos que os materiais enviados para a SRI que tratam da organização dos Encontros dos Petistas no Exterior (EPTEx) sejam redistribuídos com a logomarca do PT nacional;
- ☒ Solicitamos também que os EPTEx sejam oficializados dentro da agenda do PT e dessa maneira dar oportunidade para que políticos do PT nacional participem do evento;
- ☒ Solicitamos que seja divulgada as propostas aprovadas nos EPTEx no prazo máximo de 60 dias após a realização do evento;
- ☒ Solicitamos que a SRI confirme sua presença no EPTEx e oficialize a data do encontro no máximo três meses antes da sua realização;
- ☒ Nós filiados dos núcleos do PT no exterior solicitamos que a carteira oficial de filiação ao PT através dos núcleos PT no exterior seja expedida até o prazo de 60 dias depois de cada filiação for aprovada pela SRI-PT;
- ☒ Os Núcleos no Exterior desejam ser informados de cada visita da CUT no exterior e assim estabelecer contatos para eventuais reuniões;
- ☒ Solicitamos que cada diretório nacional informe aos núcleos da vinda de estudantes enviados para o exterior pelo próprio partido e assim ter a possibilidade de convidá-los a participar das suas reuniões;
- ☒ Solicitamos maior comunicação entre o/a representante da SRI com os núcleos no exterior e que a SRI programe visitas aos núcleos no exterior por continente (exemplo: Europa);
- ☒ O Núcleos do PT Madri repudia qualquer tentativa de impeachment contra o governo Dilma, mesmo se nem sempre se concorda com a escolha da presidenta para preencher cargos nos ministérios brasileiros.

3. Conjuntura Internacional

O PT Madri, considera que:

- ☒ O PT deve incentivar a ONU a exigir que seus Estados Membros respeitem a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os incisos da declaração. O não respeito a esses tratados prejudicam os brasileiros que ainda se encontram em dificuldades no exterior;

☒ Os 130 Estados Membros que assinaram o documento final da 57ª Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher, respeitem mais as mulheres que ainda são vítimas de diversas formas de violência no exterior;

☒ Que o Brasil firme sua adesão no Convenio Haya (Apostila), isso facilitaria a legalização dos documentos brasileiros a nível internacional.

4. PT Nacional e Governo da Dilma

☒ Acreditamos que a Reforma Política é uma boa iniciativa do governo Dilma, sobretudo, se os políticos envolvidos em corrupções não voltem a exercer nenhuma função política em nenhum partido (caso seja comprovada sua culpa);

RELATÓRIO FINAL DAS ETAPAS LIVRES DO V CONGRESSO DO PT

☒ Aprovamos a iniciativa do PT de ser o primeiro partido a recusar financiamento privado para suas campanhas políticas;

☒ Apoiamos a continuação das iniciativas como PAC, Programa Mais Médicos, Bolsa família, Bolsa Ciência Sem Fronteiras e queremos mais incentivos para a Educação, a Saúde e a Segurança Pública, bem como melhor formação destes profissionais;

☒ Não somos a favor da Redução da idade penal porque isso pode ser apenas um pretexto para mandar as crianças negras e pobres para a cadeia. Os crimes cometidos por menores representam apenas 1 ou 2% do total. O país tem que investir na educação, e não em prisões;

☒ Acreditamos que é dever do governo promover formações para o setor educacional (trabalhadores de universidades e escolas) e que essas instituições responsabilizem os pais no seguimento da educação dos seus filhos. Partindo da iniciativa dessas instituições: a realizações de reuniões periódicas entre professores e pais de alunos, organizar associações de pais e alunos em cada escola (APE), oferecer assistência psicológica para o aluno e professores, organizar aulas de reforço escolar;

☒ Priorizar a construção de Centros Culturais e de Esporte para que os alunos menores de 18 anos possam ter acesso de forma gratuita ou a preços acessíveis em conformidade com os salários dos pais;

☒ O governo deve punir qualquer pessoa que mata negros e os que discriminam por sua cor;

☒ As terras indígenas devem ser demarcadas e a PEC 215, destruída ou sepultada definitivamente como solicitam os índios;

☒ A presidente Dilma deverá agendar encontros com as lideranças indígenas e trabalhar no sentido de puni quem invade suas reservas. Deve sistematicamente fornecer a essas reservas: água potável, luz e esgoto e centros de saúde;

☒ Não se concorda com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na bacia do Rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no norte do Pará, que parem essa

construção como qualquer outra barragem que esteja destruindo a natureza e as terras indígenas, e que faça investimentos em formas de energia limpas, como a energia eólica e solar;

☒ A presidenta Dilma deve tomar medidas urgentes para a preservação da Amazônia e da natureza em geral. Que Dilma vete o novo código florestal;

☒ O governo deve proibir as plantações transgênicas e o uso do agrotóxico, que Monsanto não tenha lugar no Brasil. A Reforma agrária deve ser realmente efetiva;

☒ O PT deve rever o compromisso que tem com a presidenta e vice versa, aconselhá-la a não concluir alianças com políticos de passados suspeitos e indignos de trabalhar com alguém que ansia combater a corrupção." Inaceitável Katia Abreu, a representante do latifúndio como ministra da agricultura;

☒ O PT deve rever suas alianças; seus aliados devem ser os movimentos sociais e os partidos claramente de esquerda e não aqueles com tendências capitalistas;

☒ O governo deve retirar qualquer ajuda social dada aos pais responsáveis por menores que comprovadamente não cuidam da educação do menor, não sabe controlá-los os deixam perambulando pelas ruas dia e noite sem acompanhamento de um adulto;

☒ O governo deve fazer valer a lei e a justiça quando um maior de 18 anos mata, rouba ou agride a alguém, definitivamente limpar as ruas dos crimes, dos bandos de traficantes organizados e de policiais corruptos;

RELATÓRIO FINAL DAS ETAPAS LIVRES DO V CONGRESSO DO PT

☒ O governo deve prever orçamento para formação de policiais, que ao tentar combater crimes, assassinam a inocentes;

☒ Fiscalizar os crimes cometidos nas favelas e bairros residenciais por policiais sem caráter e prendê-los quando identificados como criminosos, o crime pode ser desde aceitar subornos, como traficar drogas, estuprar ou prostituir mulheres, menores e LGBTs e matar;

☒ As notícias e estudos sobre a criminalidade no Brasil mostram que o número de homicídios em geral contra brancos está diminuindo enquanto os crimes contra negros aumentando. O governo deve punir qualquer pessoa discriminar alguém por sua cor;

☒ Apoiamos a proposta do Governo Federal para alterar a legislação brasileira, com o objetivo de assegurar a proteção aos índios brasileiros garantindo seus direitos e permitindo que os povos indígenas tenham espaço necessário ao desenvolvimento de seus projetos de futuro;

☒ O governo deve criar centro de saúde e de primeiros socorros a cada três bairros para socorrer seus nacionais e não deixá-los morrer nas filas dos hospitais;

☒ Aprovamos o aumento dos impostos para as grandes fortunas, pensamos porém que o trabalhador que recebe até dois (salários mínimos) sejam isentos de impostos de renda;

☒ Acreditamos que o governo deve aumentar os impostos sobre os benefícios das empresas internacionais e reverter parte desses benefícios para ações sociais, construção de parques, salas de esporte/cultura e centros médicos;

☒ Incentivar através do PT a criação de associações de vizinhos com o objetivo de criar uma ponte de diálogo entre o governo e cidadania e assim estabelecer políticas participativas com a comunidade.

Por último o Núcleo do PT em Madri(Espanha), aceita o compromisso de realizar o VI EPTEx em outubro nesta cidade, sempre que possam contar com o apoio e orientação da SRI.

A reunião finalizou às 13:30

Madri, 26 de maio de 2015

SEGURANÇA CIDADÃ PARA CONSTRUIR A PAZ NO BRASIL

Um dos maiores problemas do Brasil nos dias atuais é a violência. Como em tudo no Brasil, ela atinge de forma muito mais brutal os jovens das classes pobres e grupos historicamente vítimas de preconceito social e institucional, como os negros. A falta de respostas fomenta o medo e abre espaço ao populismo punitivo, que propõe o aumento de penas, a redução da maioridade penal, a flexibilização do controle de armas, o descontrole sobre a atuação das polícias e a militarização da Segurança.

Grande parte das conquistas em redução da mortalidade infantil estão sendo perdidas na morte em massa da juventude brasileira, em especial os jovens de periferia e negros. Somos hoje o 6º país mais perigoso para um adolescente viver. Ao mesmo tempo, a população carcerária cresceu mais de 300% nos últimos 30 anos, num processo de criminalização e encarceramento em massa das classes excluídas, como preceitua o receituário neoliberal. Depois de um período de estabilização e queda, ao longo dos primeiros 8 anos de governo do PT, as taxas de homicídio voltaram a crescer, chegando a inacreditáveis 60.000 mortes ao ano.

Ao mesmo tempo, esse é talvez o mais importante tema para as classes médias.

Enquanto estes setores podem procurar alternativas privadas para a saúde e educação, elas esperam que o Poder Público lhes garanta o direito básico de viver sem violência. Ainda assim, a privatização da segurança é uma realidade, garantindo o crescimento da indústria da segurança privada, a disseminação de condomínios fechados e a desocupação do espaço público. Nossos 12 anos de Governo trouxeram avanços importantes, como o Estatuto do Desarmamento e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, implementado durante o segundo governo Lula, com o aporte de mais de R\$ 5 bilhões em ações de prevenção, repressão qualificada e formação dos policiais e

a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, que juntos deram forma a um novo paradigma para a redução da violência na democracia.

Precisamos retomar as propostas construídas, com intensa participação da sociedade civil, no Plano Nacional de Segurança Pública de 2001 e no Programa Segurança Para o Brasil, apresentado na eleição presidencial de 2002, especialmente em relação aos seguintes pontos:

I O enfoque preventivo precisa ser defendido e demonstrado como principal caminho para a redução da violência. Precisamos retomar com prioridade a

política de controle e entrega voluntária de armas de fogo, estruturar e fortalecer políticas territorializadas integradas de proteção e prevenção a violência em relação a crianças e adolescentes, fortalecer as Guardas Municipais para a gestão dessas políticas preventivas, em parceria com os municípios.

II É inadmissível que, depois de 12 anos de governos de esquerda, o sistema carcerário brasileiro permaneça com padrões medievais de tratamento da população carcerária, dando margem ao domínio de facções criminais e a práticas cotidianas de violência contra os presos. É preciso reverter a lógica de encarceramento em massa, a través da estruturação de políticas verdadeiramente qualificadas de alternativas à prisão e a construção de uma rede de programas sociais consistente para os egressos do sistema prisional.

III fortalecimento da Integração das Polícias Cíveis e Militares e do controle externo dos órgãos policiais por meio de Ouvidorias autônomas, o fim dos tribunais militares, a criação de corregedoria única, externa e independente.

IV Da mesma forma, precisamos superar as péssimas condições de trabalho e os baixos salários daqueles que atuam nas ruas, tanto nas Polícias Militares, quanto nas Polícias Cíveis. Existe um fosso que separa as carreiras de Delegados e de Oficiais, da grande massa de trabalhadores da Segurança que atuam no dia a dia, nas ruas do nosso país. Precisamos criar uma estratégia urgente de valorização e formação dos policiais das ruas. Uma reforma que incorpore as propostas de carreira única, discuta o ciclo completo e redefina o modelo de investigação criminal.

V A formação policial tem um papel estratégico. É por meio dela que podemos superar a herança autoritária e construir uma concepção de policiamento e de polícia adequados para os padrões democráticos, estimulando a formação de lideranças, o engajamento para a construção de uma cultura de paz, e com as habilidades necessárias para a criação de vínculos com as comunidades e as redes de serviços sociais.

VI É urgente a criação de incentivos a participação das mulheres e negro(a)s nas instituições policiais e mecanismos que garantam a sua presença nos espaços de decisão das instituições e sua chegada aos níveis mais elevados das carreiras.

VII Precisamos superar o pesado fardo da Ditadura Militar, que nos legou um sistema de Segurança Pública sem transparência, sem participação social e orientado para práticas reativas de policiamento, isso sem falar das absurdas taxas de letalidade policial, os abusos e a tortura praticados pela polícia. Precisamos superar o falso antagonismo entre Direitos Humanos e Segurança Pública, criado pela Doutrina de Segurança Nacional. Na democracia, um não existe sem o outro.

A manutenção das Forças Armadas como superiores hierárquicas do policiamento ostensivo representa uma herança autoritária. Neste tema, é um triste retrocesso o aumento de competências das Forças Armadas na Segurança Pública promovidos pelas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Como todas as democracias desenvolvidas, precisamos valorizar nossas polícias e não retroceder ao militarismo.

VIII Da mesma forma, é preciso repensar a política de drogas do Brasil. A Guerra às Drogas é a responsável pelo maior extermínio de vidas na América Latina, desde a colonização europeia. Manter a atual política só interessa aos que lucram dinheiro e votos fomentando o medo e o ódio. Este debate precisa ser feito sem preconceitos morais ou religiosos, mas com a estruturação de estratégias eficazes em educação sobre o tema, para efetivamente empoderar os adolescentes com informações; políticas de cultura, esporte e lazer para a Juventude, e políticas de saúde mental para aqueles que precisarem de apoio do Estado.

Para retomar a iniciativa nesta área é preciso atuar com um foco prioritário e urgente na redução de homicídios, via a constituição de um pacto nacional que reúna os três entes federativos, o empresariado democrático, as igrejas e os movimentos sociais, em torno de propostas concretas para a melhoria da elucidação e responsabilização criminal dos homicídios e de prevenção à violência nas áreas de maior vitimização.

O PT veio para mudar a história do Brasil e esse é um dos temas mais urgentes que precisamos enfrentar. Uma sociedade com medo sempre será uma sociedade disponível para o populismo penal e para alternativas fascistas. Precisamos mobilizar os setores progressistas para a construção de uma alternativa humanista para reduzir a violência em nosso país.

Por isso, propomos que o PT convoque um Encontro Especial nacional, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, com a participação de especialistas, intelectuais, ativistas e profissionais da área, para construir um projeto profundo para a Segurança Pública para o Brasil, com base nas propostas aqui defendidas.

Fortalecendo a cidadania e efetivando direitos, o PT venceu a fome e está vencendo a miséria no Brasil. Chegou a hora de vencer a violência!

1. Alberto Kopittke – Vereador PT Porto Alegre
2. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – Sociólogo e professor da PUCRS
3. José Vicente Tavares dos Santos – Sociólogo e professor da UFRGS
4. José Carlos Moreira da Silva Filho – Jurista, Pesquisador e professor da PUCRS

5. Jacqueline Sinhoretto – Socióloga e professora da UFSCAR
6. Camila Nunes Dias – Socióloga e professora da UFABC
7. Daniel Cerqueira – Economista e pesquisador do IPEA
8. Robson Sávio Reis Souza – Sociólogo e professor da PUCMG
9. Ludmila Ribeiro – Socióloga e professora da UFMG
10. Kátia Mello – Socióloga e professora da UFRJ
11. Julita Lemgruber Socióloga
e coordenadora do Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania, Universidade Cândido Mendes (RJ)
12. Jacqueline de Oliveira Muniz Antropóloga
e professora da Universidade
Federal Fluminense__

Coletivo Democracia Vermelha



**Contribuição ao V Congresso Nacional do
Partido dos Trabalhadores**

17 de maio de 2015

Apresentação

Podemos mais

1. As manifestações políticas e sociais que floresceram em todo o mundo e chegaram ao Brasil em junho de 2013 demonstram a fadiga de um modelo de participação política forjado ao longo do século XIX e que teve seu apogeu no século XX. O século XXI precisa chegar também para o mundo da política. Não serão as soluções do passado que solucionarão as demandas do presente.

2. Vale ressaltar, contudo, que dentre todas as experiências político-partidárias brasileiras, o Partido dos Trabalhadores (PT) se destaca pelo seu engajamento social, pela organização política sólida e plural e construção de políticas públicas nos governos que encabeçou. O surgimento do PT foi o exercício do contra poder capaz de desestruturar a ordem política e econômica ao apresentar um programa alternativo não só de governo, mas, também, de organização social. Esse histórico coloca o Partido como o mais lembrado entre os brasileiros que possuem uma preferência partidária.

3. A realização do V Congresso em um momento de quebra de paradigmas abre a possibilidade para novos contornos políticos dados por uma geração de petistas formada dentro do período em que Lula e Dilma têm governado o país e que possuem críticas aos rumos do partido e à sua forma de condução.

4. É evidente que, assim como os demais partidos, o PT precisa se modernizar e promover mudanças que solucionem os problemas gerados pela política “tradicional”, viabilizando a participação dessa geração que, além de não tolerar mais as práticas clientelistas, patrimonialistas e autoritárias do passado, está imersa em um ambiente tecnológico que abre novas perspectivas de participação e, portanto, de constituição de outros modelos de organização que apontem novos caminhos. Acontece que essas formas de participação chegaram ao seu esgotamento, hoje é necessário se avançar mais. O que é possível constatar é que a simples representatividade dentro dos espaços institucionais não contempla mais as demandas e os desejos da sociedade. O PT precisa, dessa maneira, estar disposto a adaptar e renovar suas estratégias de organização e comunicação com as novas gerações e movimentos sociais que, com a massificação do acesso à internet e outras tecnologias, passam a apresentar características próprias de organização.

5. Não se trata de transplantar para as redes, a militância e as pautas que são definidas nos diretórios do partido. Mas de se proceder internamente à imagem e semelhança das ruas e das redes, radicalizando na transparência, buscando a maior horizontalidade possível nas deliberações coletivas, criando mecanismos de financiamento participativo e atualizando seu programa em sintonia com debates contemporâneos.

6. Não podemos permitir que os anseios legítimos que vêm das ruas, reivindicando mais participação, maior qualidade dos serviços públicos, maior transparência e eficiência nos gastos públicos sejam capturados por organizações conservadoras que imprimam um retrocesso político e social forçando o país a ficar preso ao século XX.

7. As propostas do coletivo Democracia Vermelha buscam garantir espaço para todas as lutas progressistas de uma geração que não se vê representada por nenhuma instituição política, ainda que só consigam ver avançar seus anseios em governos do PT. Para além de todas as pautas históricas da esquerda, pretendemos aprofundar a luta pela ampliação, aperfeiçoamento e transversalidade das políticas públicas, Mais Cultura, conquista de direitos civis, garantia da equidade nas ações e espaços, direito à cidade, direito ao ócio, assimilação da sustentabilidade e da inovação na participação direta.

8. A essa contribuição não se coloca o objetivo de apresentar uma atualização programática de fôlego para o Partido dos Trabalhadores. Propõe-se, sim, o desafio de apontar arranjos importantes na forma como tem se organizado a militância petista, a fim de que possamos absorver em algum nível institucional propostas que nos ajudem a encurtar a distância entre nossa concepção de mundo e nossa prática política.

9. O PT precisa se reinventar e seguir oferecendo à sociedade a possibilidade de sonhar e experimentar um Brasil melhor por meio da política.

EIXO PROGRAMÁTICO

10. Depois de décadas de luta por democracia, conquista e garantia de direitos e reorientação de governos, o PT logrou-se a tornar o eixo em torno do qual se organiza a disputa política em nosso país. Nossa capacidade de crítica e mobilização nos anos 1980 e 1990 e nossa exitosa condução do país à frente do Governo Federal desde 2003 estabeleceram um novo paradigma de resultados alcançados a partir da luta política numa trajetória democrática.

11. Essa trajetória nos trouxe a um cenário inédito em toda a história do Brasil: teremos, ao final de 2018, o período ininterrupto mais longo em que uma força política encabeçou um projeto de país conquistado por meio de eleições livres e diretas.

12. A oportunidade de realizar ajustes em nosso projeto democrático a partir desses novos desafios enquanto governamos o país, pode nos fazer chegar a 2018 tomando caminhos que poderão levar o Brasil na direção de um desenvolvimento inclusivo e sustentável, produzido pela ampla mobilização de nossa sociedade e que fará o PT cumprir a sua natureza: uma necessidade histórica das trabalhadoras e dos trabalhadores na formação das premissas do socialismo que queremos.

13. O V Congresso do PT ainda é uma oportunidade de recompor a capacidade crítica do partido para contrapor os avanços e as atuais dificuldades, estas últimas de múltiplas origens, como os limites estruturais do sistema político e econômico, os novos desafios impostos por

demandas criadas no processo de inclusão social de massa e a condução equivocada, que precisa ser corrigida, de um projeto insuficiente de hegemonia.

14. Do ponto de vista programático, muitos dirigentes do PT e de movimentos sociais, além de grandes estudiosos do meio acadêmico, já fizeram um balanço aprofundado do resultado da ação governamental sob comando de Lula e Dilma. A criação de empregos, a valorização do salário mínimo, o fortalecimento de programas de garantia de renda mínima, a expansão das oportunidades de educação em vários níveis, das creches à pós graduação, a busca da efetivação do direito universal à saúde, as variadas formas de acesso à justiça, a musculatura criada em torno da política cultural, a retomada de investimentos que geraram desenvolvimento econômico, além de todas as formas de afirmação popular, como a indígena, negra, LGBT, feminina e outras estiveram na ordem do dia das críticas e análises que apontam para inegáveis avanços.

15. Além dos avanços na consolidação de políticas sociais, os governos petistas criaram instrumentos e mecanismos de transparência e combate à corrupção que se tornaram marcos nestas áreas. A participação social, elemento primordial da gestão PT, foi central na condução desses governos, sobretudo por meio de processos e instâncias inovadoras criadas para democratizar a gestão pública e seus processos decisórios, garantir o diálogo permanente entre o Estado e a sociedade, sobretudo os movimentos sociais organizados, e, por fim, marcar o modo petista de governar.

16. Esses avanços, contudo, não foram alcançados apenas porque essas questões eram prioritárias em nossa agenda política, mas, também, porque fomos capazes de encontrar e gerar fraturas internas na institucionalidade estatal que permitiram a permeação de demandas populares em uma máquina ainda marcada pelo autoritarismo, pelo racismo institucional, pelo corporativismo de classe e pela injustiça tributária.

17. Apesar dos avanços sociais inegáveis durante as gestões petistas, incluindo a superação do neoliberalismo, é importante ressaltar que não conseguimos viabilizar as grandes reformas estruturantes do Estado brasileiro, como as reformas política, administrativa, agrária, urbana, midiática, polícia e tributária.

18. Além disso, ainda não fomos capazes de superar as deformações burocráticas que nos impedem de apontar com a clareza necessária para as ansiedades coletivas de nosso povo, ainda mais fortalecidas depois de nossos governos. Estão entre essas ansiedades, uma decisiva melhoria na qualidade de vida nos centros urbanos; a superação das violências, inclusive a violência estatal, que oprime em especial a juventude pobre, preta e periférica; a facilitação de acesso à terra no campo e na cidade; a efetivação do direito à saúde para toda a população brasileira; uma crescente preocupação ambiental e dos preceitos da sustentabilidade; uma percepção de injustiça tributária; e o combate à corrupção, em que, ainda que tenhamos avançado muito, não fomos capazes de deixar claro para a sociedade brasileira, através da disputa de valores em torno deste tema, a nossa significativa contribuição neste campo, além das reais contradições existentes em torno dele.

19. Somam-se a estas, demandas permanentes como os anseios por melhores níveis da educação pública e gratuita; garantia de habitação, saneamento básico e mobilidade urbana; o combate à violência contra a população negra, mulheres , LGBT,; a necessidade de assistência reprodutiva que descriminalize o aborto; o respeito às liberdades individuais; o equívoco das políticas proibicionistas de drogas; o maior acesso à justiça; a formação para o ingresso no mundo do trabalho e o trabalho decente; acesso aos bens culturais e imateriais produzidos em toda parte do mundo; e tantas outras já expressas nas reflexões no interior do partido.

20. Na prática, a atenção a todas essas demandas implicaria na universalização de ativos em permanente disputa na sociedade contemporânea: o tempo, incluído o direito ao ócio e ao tempo livre, o direito à cidade com o acesso ao espaço público e de qualidade, o conhecimento e a informação, a segurança e estabilidade econômica e a participação na propriedade do capital, inclusive o financeiro, quando tratamos, por exemplo, de acesso ao crédito.

21. De modo estruturante, devemos encarar alguns debates ainda marginalizados na agenda petista, mas que são enraizados na desigualdade brasileira. É preciso encarar as questões de gênero (inclusive de identidade de gênero, ou orientação sexual) e raça.

22. O racismo estrutura o modo de produção e reprodução capitalista. A carne mais barata do mercado é a carne negra, ainda hoje em dia. A juventude negra é assassinada nas periferias, e pelo próprio Estado, através da polícia. Ainda que tenhamos avançado com as cotas e com a criação de Secretarias de políticas para a igualdade racial em governos petistas, o debate sobre a igualdade racial ainda é abordado de forma superficial e, ainda que o povo seja negro e a militância seja negra, a cúpula partidária não o é.

23. O machismo é constante na prática partidária também. Assim como a lesbofobia, a transfobia e a homofobia. As mulheres moram, nas estatísticas sobre igualdade de gênero na política brasileira, entre a casa dos 10-12%. As cotas de inscrição de candidaturas foram importantes avanços, e a aprovação de paridade no PT também. Mas as práticas partidárias seguem marcadas pelo machismo. E, assim como no caso da igualdade racial, há importantes avanços que ocorreram nos governos petistas em relação às políticas para as mulheres e para a inclusão LBGT, especialmente em relação à política para enfrentamento da violência contra as mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha, a garantia de direitos às trabalhadoras domésticas. Mas há muito que se avançar. O reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia e a legalização e descriminalização do aborto devem voltar para a agenda da esquerda e assumirem centralidade, perpassando a questão dos trabalhadores e das trabalhadoras.

24. É necessário disputar com os fundamentalistas a construção dessas narrativas. Nesse sentido, é central defender o Estado laico e deixar de assumir apenas superficialmente compromissos políticos com esses grupos. A laicidade do Estado está prevista na Constituição, mas vem sendo letra morta, especialmente pelo aumento da bancada religiosa em todas as instâncias do legislativo, e do peso que ela assume nas coalizões que garantem a governabilidade.

25. Além de todas essas pautas, o PT deve se dedicar imediatamente e com a devida profundidade à questão da sustentabilidade ambiental. Os documentos originários do PT já mencionavam essa temática, que se perdeu no deslocamento das forças políticas do país e do mundo. Ainda que isso levante novas contradições na atuação de nossos governos, é urgente apontarmos de que forma esse debate pode e deve ser feito sob a ótica da melhoria de vida da classe trabalhadora e da proximidade com o cotidiano das pessoas.

26. Neste sentido, a melhoria estrutural de um sistema de transporte público leva a uma consequente redução da emissão de CO2. A produção de habitação popular e a organização das cidades tem que levar em conta, de maneira central, os ganhos em termos de saneamento básico que evita a poluição de rios e mananciais. O debate sobre segurança energética pode se tornar uma vertente do desenvolvimento econômico e da criação de empregos na indústria baseada em insumos para a produção de energia limpa. Manter biomas e florestas “em pé” é de interesse de trabalhadores e trabalhadoras e comunidades tradicionais que tem nesses territórios uma forma saudável e sustentável de relação de produção. O fomento à agricultura familiar, com garantia de acesso à terra, ao crédito, às tecnologias produtivas e ao mercado consumidor, favorece a biodiversidade e preservação ambiental, além de evitar a contaminação do solo e de lençóis freáticos por agentes químicos e industriais. Sobre essas e outras discussões, temos acúmulo suficiente para avançar pela esquerda na pauta ambiental.

27. As reflexões internas ao PT têm feito debates de inegável relevância para a política nacional: a reforma política e a reforma da mídia. Ao nos depararmos com a opinião pública no nível de crítica ao PT em que se encontra hoje, devemos reconhecer que parte da nossa dificuldade se dá em torno da capacidade midiática de desconstrução da política, abastecida ainda mais com cada episódio de desvio de dirigentes partidários ou de membros da aliança que compõe nossos governos. Da mesma forma, as condições de disputa da política pela via eleitoral, em especial em nível parlamentar, apresentam barreiras intransponíveis para a organização popular sem que se comprometa seu projeto, dadas as modalidades de financiamento majoritariamente empresarial e privada das campanhas eleitorais. Por essas razões, as reformas política e da mídia são, sim, uma prioridade.

28. Devemos considerar, contudo, em qual estágio se encontram as lutas por essas reformas, dependentes diretas da correlação de forças estabelecida na sociedade. A própria Presidenta Dilma chegou a propor e a afiançar uma proposta de consulta popular pela reforma política, o que foi rapidamente desfeito em manobras que envolveram setores do governo e até

mesmo quadros petistas. O Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político está entre os poucos avanços obtidos e que giraram, essencialmente, nos eixos de militância e organização popular de diversos movimentos sociais do país. A reforma da mídia também não foi capaz de efetivamente avançar com suas campanhas de coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular. Ambas as reformas obtiveram revezes significativos com os resultados da eleição para a mesa diretora da Câmara dos Deputados. Conduzimos a governabilidade sustentando-a por meio da articulação com as forças políticas que compõem o Congresso Nacional, distanciando-se, assim, dos movimentos sociais - fator que dificultou ainda mais o avanço nas nossas pautas prioritárias.

29. A rearticulação de campanhas em torno das reformas política e da mídia deve ser levada a sério pelo PT no sentido de aglutinar forças e iniciativas em torno dessas propostas. O que não deve ocorrer, portanto, é que essas propostas se tornem figuras de discurso, ou, ainda, salvo condutos que nos impeçam de enxergar entre nós os problemas existentes na organização partidária. Tampouco devem esses discursos se transformarem em interdições a tantos outros debates que devem ser realizados a todo tempo para que possamos suprir uma carência de formulação dentro do PT e da esquerda de forma ampla em temas, tais como o desenvolvimento econômico sustentável, a reforma do estado, a qualidade de vida, que precisa equacionar problemas na mobilidade urbana e segurança pública, entre outros.

30. Outro debate que se coloca como desafio ao PT, seus governos e militantes é conduzir a formulação programática de pautas latentes na nossa sociedade, ou seja, extrapolar os esforços do campo do diagnóstico e avaliação conjuntural, para sim construir possibilidades de intervenção política. A questão das violências, aquelas que perpassam vários âmbitos, classes e extratos, tem estado na agenda política e cabe ao Partido a reflexão e formulação dessa temática. As violências, além das citadas acima, abarcam as formas de opressão social, urbanística, gênero, simbólica, etária, geracional, racial, ambiental, estatal, política, digital, cultural, fundiária, xenofóbica, étnica, sexual entre outras. Para lidar com essas questões precisamos ser leais ao debate da transversalidade das políticas, e balizar nossas práticas sociais e institucionais pela superação das opressões. À primeira vista essa preocupação pareceria uma enumeração retórica, mas nos importa destacar a responsabilidade de implementação delas. De outra forma nos inviabilizamos ideologicamente.

31. Embora seja fundamental avançarmos cada vez mais na elaboração e consolidação das questões abordadas anteriormente, é preciso considerar que, além da reconfiguração de classes que promovemos através de nossos governos, transformamos, também, o tecido social brasileiro. Isso nos exige um novo esforço de construção política após essa mudança social. A identificação do enorme contingente de beneficiários das políticas públicas do governo federal nos últimos 12 anos com as forças políticas que as formularam e implementaram não é automática. Discutir com este público pautas progressistas que levem à formação política é um desafio incontornável no caminho para a transformação da correlação de forças que temos hoje. Evitá-las significa perder oportunidades de identificação social com a luta política que desenvolvemos como militantes em nosso dia a dia.

32. Para que a nossa luta seja expandida, permaneçam os avanços políticos e sociais que o PT promoveu e superem os dilemas aqui colocados, o Partido tem pela frente a obrigação de discutir sua forma de organização política para estar à altura dessa conjuntura e desses desafios. Nossa forma de organização deve diminuir as contradições entre a concepção e análise que temos de mundo e a prática política levada a cabo em nosso cotidiano.

EIXO PROPOSITIVO

“Essa militância faz da resistência um contrapoder e da rebelião um projeto de amor”

Michael Hardt e Antonio Negri

33. O debate sobre a organização partidária não deve se sobrepor ao debate estratégico e programático do partido, mas o PT carece de uma boa avaliação da conjuntura, guiada por sólidas contribuições contemporâneas e pela conexão com a realidade, que seja capaz de orientar a forma que suas estruturas internas devem adquirir para responder aos desafios que se acercam na sociedade em que vivemos.

34. Nesse contexto, é fundamental que o Partido inove no diálogo interno, entre os militantes, e externo, com a sociedade. Atualmente as estruturas de poder estão em xeque e em disputa e isso se reflete nos modelos das reuniões ampliadas, que deveriam funcionar como espaços deliberativos, são sufocados pela burocratização e pela dinâmica engessada que inviabiliza o debate político entre militantes e dirigentes. O resultado disso é o descontentamento da militância com as ações de seus dirigentes e a naturalização da criação de espaços informais menores em que as principais decisões partidárias são tomadas. É urgente a democratização das instâncias de direção partidária e o empoderamento (ou criação, em determinados casos) das estruturas mais horizontais e democráticas do partido.

35. O coletivo Democracia Vermelha entende que é necessária a renovação da forma de organização do Partido para que possa, cada vez mais, ampliar sua capacidade de dialogar com a militância e, principalmente, de se conectar com a sociedade. Acontece que por não estar se reconfigurando em sinergia com a reconfiguração da classe trabalhadora, pode se tornar mais um partido da “velha ordem”.

36. Além dos fatores de renovação partidária, anteriormente descritos, é necessário marcarmos a diferença entre governo e partido. A recente profissionalização da militância tem aproximado esses dois mundos confundindo as diferenças e dinâmicas de cada um deles. A distinção construtiva e saudável entre esses espaços ajuda na oxigenação de ambos e na politização das nossas práticas partidária e de governo.

37. Nossa proposta para o V Congresso na questão organizacional do PT, busca contribuir com os pontos acima colocados. Portanto, propomos:

38. O uso de ferramentas tecnológicas livres é necessário, sobretudo, para ampliar as discussões e possibilitar a construção coletiva e colaborativa das ações do Partido. É por tal motivo que a realização de processos virtuais, como consultas aos militantes de temas e assuntos referentes ao Partido, a realização de votações, plebiscitos e referendos sobre processos decisórios, o uso de ferramenta livre, como as ferramentas *Wiki*, para que os militantes do Partido possam contribuir na construção de posicionamentos, textos e materiais sobre o PT são propostas viáveis e que modificam a relação entre os militantes do Partido e dele com a sociedade.

39. Por outro lado, devemos enfrentar a desigualdade do acesso e manejo das ferramentas tecnológicas. O Partido tem pela frente o desafio de promover formação para o uso e desenvolvimento da tecnologia, com enfoque naquelas livres e abertas, e suas apropriações de forma autônoma e (co)criativa pelos militantes, possibilitando a comunicação ativa, organização em rede e a proliferação de redes.

40. Devemos considerar, urgentemente, a necessidade de formação da nossa militância, feita na base, com a população e inclusive com os gestores dos governos petistas. Nossa redução nas discussões políticas, em grande parte, inviabilizam a construção do nosso projeto que está calcado na conscientização, politização e mobilização. A formação não deve reproduzir os espaços verticais de colonização do saber, mas sim buscar garantir as vivências em espaços de construções diários dos nossos militantes.

Devemos refletir e apontar caminhos às discussões sobre o papel do Estado - e seu silêncio - os movimentos sociais e sua relação (ou seu distanciamento) do Partido dos Trabalhadores, além das outras colocadas durante essa tese.

41. A radicalização da transparência, internamente, é outra proposta trazida nessa tese. Questões como a disponibilização em tempo real na internet de documentos comprobatórios das arrecadações do Partido bem como seus gastos, inclusive no período eleitoral, não encontram mais obstáculo tecnológico e favorecem um debate transparente sobre o financiamento da política em nosso país.

42. A disponibilização de informações, além das relativas às receitas e despesas, é um elemento primordial para reduzir a assimetria entre os militantes e seus dirigentes. Dessa forma, a publicação de atas, resoluções e documentos informativos previamente é urgente para que todos e todas possam acessar, consultar e intervir nos processos decisórios do Partido. Ademais, deve ser permitida a prática de pedidos de informações referentes às atividades militantes de modo a possibilitar o acompanhamento dessas ações por qualquer filiado.

43. O contexto no qual militamos hoje deve levar em conta um novo paradigma de organização social: o da sociedade em rede. Do processo produtivo às formas de relações sociais, vivemos num ambiente de circulação intensa de informações e de produção imaterial. A necessidade de compreender esse paradigma está colocada de forma programática para que o PT não cometa erros de organização que podem nos levar ao nosso próprio descolamento histórico do desenvolvimento da luta política e social brasileira.

44. O uso de conceitos analógicos presentes no PT deve ser superado para dar espaço para uma nova forma de luta democrática. Em uma primeira perspectiva, isso significa que tratar ferramentas tecnológicas como instrumentos de comunicação passiva do partido já não é mais suficiente. É evidente que deixar de organizar a comunicação partidária por meio da internet e das redes sociais não é uma opção. Não podemos, contudo, depositar sobre uma comunicação passiva, que apenas reproduz o que ocorre no campo da luta material, a esperança de reformar as relações sociais que temos com o povo. Ainda que sejam ferramentas importantes na mobilização, na contraposição aos meios de comunicação tradicional, é insuficiente compreendê-las dessa forma. Sobre esse entendimento, não passaríamos de um partido organizado *nas redes*.

45. A luta política que envolve essas ferramentas já avançou muito, criando importantes movimentos sociais e dinâmicas virtuais que mal conseguimos enxergar. Tratam-se de movimentos e organizações que travam as lutas *das redes*, e não apenas presentes se expressam por meio dela. Esses movimentos lutam pela arquitetura da internet. Desvendam, criticam, organizam e estabelecem protocolos digitais de caráter progressista para manter princípios básicos que podem, no limite, favorecer a luta social material. São discussões como as da neutralidade da rede, o da produção imaterial colaborativa, o do direito à liberdade sem rastreamento e outros que compõe arranjos que impedem a captura pelo poder econômico de toda vida social online. Sob os governos de Lula e parcialmente de Dilma, pautas como essas foram amplamente discutidas, principalmente no que diz respeito à lei de direitos autorais, à cultura digital e ao Marco Civil da Internet. Os movimentos *das redes*, entretanto, esgotam-se em seu programa por não terem uma formatação que leve em conta a vida material de quem nem mesmo tem acesso a qualquer ambiente tecnológico, configurando-se como mais um elemento progressista que devemos levar em conta.

46. Dessas duas perspectivas, da organização *nas redes* e *das redes*, podemos compreender uma terceira, de origem vetorial das limitações impostas por ambas, mas, também, fruto do esgotamento político por que passam todas as instituições construídas até aqui no campo das lutas sociais e econômicas: a organização à imagem e semelhança das redes. A internet e o atual ambiente tecnológico carregam, em si, princípios importantes e orientadores para uma organização progressista: a horizontalidade, a neutralidade, a possibilidade de radicalizar a transparência, de dar voz ao indivíduo, sem necessidade de intermediários, a diminuição da distância entre pessoas, a possibilidade do diálogo, a rápida circulação de informação, capacidade espontânea de engajamento, e a multiplicação do produto do trabalho imaterial. São princípios como esses que permitem acabar com a intermediação opressiva das relações de produção, da colaboração solidária e da autogestão. Sob esse novo paradigma, não só os meios de produção, mas também, os de mobilização, tornaram-se apropriáveis e possíveis de serem partilhados.

47. Esses princípios colocados em prática no ambiente virtual, também, podem ser encontrados em experiências singulares que estão difundidas nos campos populares. Não queremos travar um debate paradisíaco do uso da internet - tampouco acreditamos na visão apocalíptica que se

coloca dele - mas sim indicar que há princípios e práticas sendo vivenciadas cotidianamente, inclusive com a emergência de novos movimentos digitais, e o Partido dos Trabalhadores deve compreender esse processo para disputar e mobilizar o setor progressistas.

48. É preciso extrair essa orientação do ambiente virtual para dar forma à nossa organização política partidária. Materializam essa perspectiva propostas como a radicalização da transparência interna no uso de recursos partidários, de ampliação de espaço para a militância na tomada de decisões políticas, ao promovermos, por exemplo, consultas internas, de reorganização dos espaços burocratizados e de promoção hegemônica interna, pela valorização da pluralidade interna por meio da garantia de espaço político às forças políticas minoritárias ou coletivos regionais, pela não intervenção vertical nas decisões tomadas pelas direções partidárias, dentre outras.

49. Em 2011, para definir seu candidato nas eleições gerais, o Partido Socialista francês realizou eleições primárias abertas à toda população, desde que concordassem com princípios como a liberdade, a igualdade, a fraternidade e pagassem uma contribuição simbólica de pelo menos 1 Euro. O resultado? Um processo de mobilização de mais de 2,8 milhões de pessoas que fortaleceu a candidatura de François Hollande, hoje presidente daquele país. De quebra, ainda arrecadaram cerca de 4,8 milhões de Euros, o equivalente hoje a mais de 15 milhões de Reais.

50. Organização interna:

51. Cláusula de minoria maior (experiência Uruguia e Francesa)

O PT deve estabelecer que uma chapa inscrita no PED não possa ocupar mais que 50% das cadeiras disponíveis em um diretório, garantindo a pluralidade interna, condição importante desde o surgimento do partido e que tem sido aniquilada pela captura do PED pelo poder econômico.

52. Teto de remuneração para dirigentes:

Os dirigentes petistas devem apresentar de forma transparente seus rendimentos e evolução patrimonial no período em que dirigem o partido, estando vedado que se obtenha dividendos de outras atividades remuneratórias, incluída a participação em conselhos fiscais e de administração de empresas públicas ou privadas, devendo sua dedicação ser exclusiva à atividade partidária por meio de subsídio que não supere os 2/3 do teto do serviço público.

53. Prévias abertas

O PT deve instituir prévias abertas a toda população em sua tomada de decisões, seja sobre suas candidaturas, seja sobre grandes processos políticos definidos pela direção partidária como importantes. A participação deve ser uma opção para todos e todas que concordarem com nossos princípios partidários, que se dispuserem a colaborar com o financiamento partidário

por meio de uma contribuição modesta, tal qual a de filiado padrão, e que não tiverem filiação partidária a outras organizações nos últimos 5 anos. Tal processo oferecerá a possibilidade de experimentação da organização partidária para amplos setores da população, além de permitir um diálogo permanente com a sociedade sobre os rumos da política.

54. Consultas internas (referendo e plebiscito)

O PT deve alterar seu estatuto para flexibilizar as exigências para a instituição de plebiscitos e referendos internos. Devem ser necessários para se instituir tais consultas a concordância de 10% do total de filiados em dia com a contribuição partidária no momento de início de coleta de assinaturas, processo este com prazo final e devidamente registrado nas instâncias partidárias correspondentes.

APONTAMENTOS FINAIS

55. O Coletivo Democracia Vermelha, no esforço de construção desta Tese, buscou fazer uma reflexão sobre os avanços e desafios da atuação do Partido dos Trabalhadores, seja na sua forma de organização e militância, seja nos governos encabeçados por ele.

56. Devemos nos basear nos avanços que o PT já promoveu como organização fundamental para nossa política, mas olhando para frente, sem o saudosismo estéril. É pela capacidade de formulação programática, atuação militante e aglutinação das forças progressistas que o Partido possui magnitude e importância na história política brasileira. Essas são características dinâmicas, que não se encerram no que já foi produzido, seja nos métodos, seja nos conteúdos.

57. Acreditamos que o alinhamento dos discursos e das práticas precisam ser visíveis para todos aqueles que acreditam que esse é o Partido dos trabalhadores e das trabalhadoras, protagonistas da nossa luta por uma sociedade mais igualitária e justa.

58. Nossa opção por apontar os pontos críticos do momento reflete nossa entrega à repensar o Partido, e deste ângulo entendemos que o debate não desmerece nossa história ou seus atores. Pelo contrário, acreditamos na capacidade que o PT tem de responder à crise e aos seus desajustes internos, sem relegar todo o ônus exclusivamente às direções, pois também a militância reproduz distorções que condena.

59. A hora é de reconhecer os erros e rapidamente engrenar nas propostas de reorganização interna, formulação de políticas públicas com transversalidade, renovação. As organizações em rede nos apresentam possibilidades de construção colaborativa, em que o protagonismo é das pautas. Vamos ocupar os espaços de militância em todas as relações cotidianas, nos estudos, no trabalho, na disputa de valores em cada espaço em que existimos. O PT precisa se reinventar e seguir oferecendo à sociedade a possibilidade de sonhar e experimentar um Brasil melhor por meio da política. Podemos mais!